AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 40 | Nº 05 | MAIO 2020 | R$ 15,00



OS DIFERENTES EFEITOS DA PANDEMIA NO AGRONEGÓCIO



A REALIDADE ENTRE OS SETORES EXPORTADORES E OS QUE DEPENDEM DO MERCADO INTERNO

O SÉRIO PROBLEMA ENFRENTADO PELO SETOR SUCROALCOOLEIRO

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

EXPORTAÇÃO BALANÇA COMERCIAL DO AGRO EM MEIO À PANDEMIA

ECONOMIA COMO SERÁ A RECUPERAÇÃO PÓS-COVID-19

ESPECIAL UNICA GLOBALIZAÇÃO DO USO DO ETANOL


3AW
MESTRADO
PROFISSIONAL EM
AGRONEGÓCIO
ÚNICO MESTRADO PROFISSIONAL DO SETOR NO BRASIL.
PRINCIPAIS TENDÊNCIAS EM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E DE INFRAESTRUTURA.
VISÃO ESTRATÉGICA SOBRE POLÍTICAS AGRÍCOLAS E SUSTENTABILIDADE.
CAPACITAÇÃO PARA CARGOS DE GESTÃO E LIDERANÇA.
Saiba mais em
www.eesp.fgv.br/
FGV EESP

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Instagram: /fgvagro
Facebook: /fgvagro
Twitter: @fgvagroanalysis
YouTube: FGV Agro

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

A ORDEM É FOCAR EM SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR

A ECONOMIA mundial tem sido atropelada pela pandemia de COVID-19. Como forma de conter a disseminação do novo coronavírus, desde março, diversos países paralisaram suas economias, o que, por sua vez, provocou uma queda forte e abrupta do Produto Interno Bruto (PIB). Estamos diante da maior crise econômica vivida desde a quebra dos mercados em 1929 e da Segunda Guerra Mundial. Segundo a nova projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global deve contrair 3,0% em 2020. Na Zona do Euro, a contração será de 7,5%; nos Estados Unidos, de 5,9%; e, no Brasil 5,3%. Apenas a China (+1,2%) e a Índia (+1,9%) devem apresentar algum crescimento. A recuperação da economia mundial será lenta.

Para além dos efeitos da pandemia, os últimos acontecimentos políticos no Brasil mexeram ainda mais com o mercado. Assim, o dólar deve demorar mais do que o previsto para recuar, mas, com certeza, recuará. A inflação será muito baixa ao longo do ano, assim como a taxa de juros. Esse quadro muda se houver solavancos políticos mais graves ou se a pandemia demorar mais do que a previsão dos especialistas para passar.

Ainda são escassas as estatísticas oficiais brasileiras que permitam quantificar o impacto da pandemia de COVID-19 sobre os diferentes setores da nossa economia. No entanto, já é possível notar que o agronegócio é, certamente, o setor do Brasil que está sendo menos atingido pela pandemia, apesar de alguns setores específicos estarem sofrendo e precisando de socorro, como os de etanol, flores e hortifrúti, além de algumas regiões que tiveram quebra de produção devido a problemas climáticos.

No geral, os setores exportadores estão relativamente bem, por conta do alto preço do dólar, enquanto os setores que dependem do mercado interno estão sofrendo muito com a queda na demanda. Na soja, por exemplo, com o câmbio valorizado, os produtores estão sendo bem remunerados em reais e a demanda para exportação deverá seguir firme pelo menos até junho, contrabalanceando uma possível queda no consumo doméstico. Como exemplo negativo, o setor sucroalcooleiro foi atingido em cheio pela crise, o que causou uma expressiva queda do preço e do volume consumido de combustíveis. Entre 2 de março e 3 de abril últimos, o preço do etanol hidratado ao produtor caiu para R$ 1,28 por litro, abaixo do custo de produção. No lado do consumo, a venda de etanol hidratado pelos postos de revenda caiu 58,4% e a de gasolina C, contendo 27% de etanol anidro, caiu 53,8%.

Oportunamente, o Caderno Especial do mês, elaborado pelos profissionais integrantes da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), aborda essa situação excepcional vivida pelo setor sucroalcooleiro. Sem encontrar demanda neste momento, as usinas carecem de suporte financeiro para armazenamento de etanol. Ao mesmo tempo, cabem ajustes tributários para restabelecer a competitividade do etanol hidratado frente à gasolina. A estratégia da entidade para promover o aumento do consumo do combustível passa pela difusão do conceito de "gasolina verde", incentivando a adoção de teores mais elevados de etanol na gasolina, em coerência com o compromisso da cadeia produtiva de produzir alimento e energia limpa e renovável para o Brasil e o mundo. O diretor presidente da entidade, Evandro Gussi, entrevistado nesta edição da ***Agroanalysis***, afirma que, neste momento, a atenção do setor recai em iniciar o RenovaBio e a comercialização dos créditos de descarbonização (CBios), em paralelo com a manutenção da agenda de promoção do etanol como biocombustível no mundo.

Por fim, o Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) tem acompanhado as exportações e as importações do universo agro em um monitoramento denominado Desempenho Comercial do

ATENÇÃO COM OS JUROS!

Com a inflação abaixo de 3% ao ano e a taxa Selic – taxa livre de risco do mercado – também ao redor de 3% ao ano, não faz o menor sentido que o crédito para o agronegócio tenha juros maiores. Nesse nível de taxa, nenhum banco estaria perdendo nem o Governo precisaria utilizar recursos do orçamento para subsidiar o crédito.

Uma taxa de 6%, por exemplo, significa juros reais de aproximadamente 3% ao ano. Não faz sentido, principalmente em um momento de depressão econômica mundial e especialmente para os setores mais afetados (de etanol, flores e hortifrúti etc.), considerando-se que a taxa de juros deve ser menor e os prazos, mais longos.

Neste ano, o crédito não deverá ser linear, ou seja, é preciso beneficiar os setores mais prejudicados. Talvez, o setor exportador de soja não tenha a mesma necessidade de ajuda que o setor sucroalcooleiro. Essa crise exigirá ousadia!

Agronegócio Brasileiro. Com base na análise do fluxo de comércio internacional envolvendo o Brasil (este, sim, já disponível), é possível constatar que, em março, o saldo da balança comercial do agronegócio cresceu 31,5% em comparação a fevereiro de 2020 e 0,6% em comparação a março de 2019. No entanto, essa expansão concentrou-se em poucos produtos (complexo soja, algodão, açúcar e carnes) e poucos destinos (especial destaque para a China), além de ter recebido contribuição de uma forte contração das importações. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

INSTAGRAM: /FGVAGRO
FACEBOOK: /FGVAGRO
TWITTER: @FGVAGROANALYSIS
YOUTUBE: FGV AGRO

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ENTREVISTA
EVANDRO GUSSI
MUDANÇAS DE PERSPECTIVA AFETAM A ÁREA ENERGÉTICA EM 2020

10 FRASES & COMENTÁRIOS

11 MACROECONOMIA
CAPA COMO SERÁ A RECUPERAÇÃO?

12 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 CAPA IMPACTOS E RESPOSTAS DAS AUTORIDADES ECONÔMICAS À COVID-19

19 CAPA EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO SÃO POSITIVAS, MAS COM RESTRIÇÕES

21 CAPA O IMPACTO DA COVID-19 SOBRE O SETOR DE AÇÚCAR E ETANOL

23 CAPA O IMPACTO DO CORONAVÍRUS SOBRE MERCADOS DO AGRO

27 POLÍTICA AGRÍCOLA

27 AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS

29 SUSTENTABILIDADE

29 EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA PELA AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO

25 AGROCERES
PONTOS-CHAVE PARA A ESCOLHA DE UM ADSORVENTE DE MICOTOXINAS

32 ANPII
PARCERIA ENTRE EMPRESA E PESQUISA PÚBLICA

34

CAPA UNICA
GLOBALIZAÇÃO NO USO DO ETANOL

39

COSAG/FIESP
OS EFEITOS DO CORONAVÍRUS NO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

45 FAESP
A PEQUENA AGRICULTURA NA PANDEMIA DE COVID-19

46 CROPLIFE
COMO UMA LAGARTA IMPULSIONOU OS DEFENSIVOS BIOLÓGICOS

47 DIÁRIO DE BORDO
CIÊNCIA GERANDO RENDA NO AGRO

48 PRODUZIR
OS TESTES DA PANDEMIA PARA O AGRO BRASILEIRO

49 OPINIÃO
A GESTÃO PÚBLICA PÓS-COVID-19

50 REFLEXÃO
A IMPORTÂNCIA DAS GRANDES E DAS PEQUENAS QUESTÕES

MUDANÇAS DE PERSPECTIVA AFETAM A ÁREA ENERGÉTICA EM 2020

EVANDRO GUSSI
Diretor presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)
Da Redação

O diretor presidente da UNICA debate sobre as perspectivas para o setor sucroalcooleiro frente aos impactos provocados pela pandemia de coronavírus. As medidas de isolamento social adotadas pelos governos como forma de conter a COVID-19 provocaram uma redução imediata na demanda por produtos do setor.

EVANDRO GUSSI é formado em Direito pelo Toledo Prudente Centro Universitário, mestre e doutor em Direito, respectivamente, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela Universidade de São Paulo (USP). O entrevistado exerceu o seu primeiro mandato como deputado federal no período de 2014 a 2018. Na presidência da UNICA desde fevereiro de 2019, ele traça os desafios e os projetos da entidade em meio à turbulência causada pela pandemia de coronavírus.

AGROANALYSIS: O CENÁRIO DO NOVO CORONAVÍRUS MUDOU AS PERSPECTIVAS PARA O SETOR SUCROENERGÉTICO EM 2020?

EVANDRO GUSSI: De forma geral, as perspectivas para 2020 mudaram para todos os setores da sociedade, mas o sucroenergético, com certeza, foi um dos mais severamente afetados. Iniciamos o ano confiantes, após registrar um recorde de consumo de etanol em 2019, chegando a substituir 48% da gasolina no País. Tínhamos a projeção de ampliação regida pelo primeiro ano de execução da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). Mais de uma centena de produtores de biocombustíveis certificaram-se para participar desse programa.

Também estimávamos o primeiro déficit de produção mundial de açúcar em muitos ciclos de produção. Isso deveria reverter o cenário de baixos preços vivenciados nesse período. Encerramos a safra 2019/20, entre abril de 2019 e março último, com volume recorde de produção de etanol, de 33,3 bilhões de litros, além de 26,8 milhões de toneladas de açúcar. Puxamos as vendas de maquinário agrícola em março, com crescimento de 162% em relação ao mesmo mês do exercício passado. Foram 176 colhedeiras de cana-de-açúcar comercializadas, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Estávamos otimistas e trabalhando para ampliar a oferta dos produtos, até se dar a rápida e inesperada mudança na conjuntura.


CLEIA VIANA / CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SURTO DA PANDEMIA TEVE FORTE IMPACTO SOBRE A CADEIA?

EG: O panorama encetou a virada a partir da queda no preço do petróleo no mercado internacional, ainda em fevereiro, por conta dos embates entre a Rússia e a Arábia Saudita. Houve um descolamento da *commodity* em relação aos fundamentos de mercado. Em meados de março, formou-se a tempestade perfeita, com a queda em mais de 50% na cotação mundial do petróleo. Uma redução correspondente ocorreu no preço da gasolina e de quase 40% no preço do etanol, para patamares abaixo do custo de produção. Houve uma retração drástica no consumo de combustíveis leves por conta do isolamento e da quarentena da população. A receita com exportação de açúcar teve uma queda superior a 20%, mesmo após a desvalorização cambial do real.

Em resumo, os produtores da região Centro-Sul, onde estão localizados mais de 90% da cana do País, iniciaram a safra 2020/21, em 1º de abril, com, simultaneamente, um mercado sem preço e sem demanda. Vale lembrar que 70% da receita gerada é usada durante a própria safra para manter em atividade as operações de produção. Se esse quadro persistir, será o colapso de toda a cadeia, com desemprego e desabastecimento. Diante disso, as lideranças iniciaram conversas com o Governo para a adoção de medidas emergenciais e temporárias.

QUAIS SÃO AS SOLICITAÇÕES FORMULADAS PELA UNICA?

EG: Entre as medidas emergenciais que, se adotadas em conjunto, permitirão a sobrevivência do setor, listamos três: (i) a instituição de um programa de warrantagem; (ii) a isenção temporária da carga tributária federal aplicada ao etanol hidratado – PIS/COFINS; e (iii) a restituição da competitividade do etanol, também temporariamente, via incremento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).

A linha de risco está nos efeitos impensáveis para uma cadeia imensa, com envolvimento de produtores de cana, fabricantes de máquinas e insumos, cooperativas e colaboradores, esparramados em mais de 1.200 municípios brasileiros. Esse complexo engloba 370 usinas e destilarias e 70 mil fornecedores de matéria-prima, num total de 2,3 milhões de empregos diretos e indiretos ameaçados.

NESSE AMBIENTE DE TURBULÊNCIA, HÁ ESPAÇO PARA SOLIDARIEDADE E CONTENÇÃO DA PANDEMIA?

EG: O momento é crítico e dramático, pois exige mobilização das mais variadas áreas de cada comunidade. As nossas associadas doaram 1 milhão de litros de álcool 70% líquido para as Secretarias Estaduais de Saúde de oito estados: Ceará, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina.

O objetivo dessa ação está ligado ao esforço para contribuir de forma gratuita com o abastecimento das unidades públicas de saúde. O álcool 70% para desinfecção teve fabricação voluntária após a concessão de uma autorização extraordinária e temporária pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Somam-se a essa ação as inúmeras iniciativas generosas das empresas associadas na doação de insumos e alimentos para municípios e instituições próximos às unidades produtivas.

DIANTE DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS DO GOVERNO FEDERAL, COMO DEVE SER A SAFRA 2020/21 NA REGIÃO CENTRO-SUL?

EG: Como ainda está incerto e um tanto cedo, consideramos precipitado traçar números para a safra. Haverá, certamente, uma tentativa natural das empresas de produzir mais açúcar, mas haverá uma tendência para se acumular um maior estoque de etanol. No último ciclo, as 78 unidades produtivas na região Centro-Sul geraram somente em etanol de cana-de-açúcar – sendo que três dessas unidades são dedicadas a etanol de milho – uma produção de 10,7 bilhões de litros. Ou seja, um terço da produção total de etanol possui como origem unidades produtoras somente desse produto. Precisaremos acompanhar de perto se as medidas emergenciais tomadas serão suficientes para atender a demanda das empresas, inclusive aquelas em uma situação financeira delicada. Afinal, a questão desafiadora consistirá na manutenção do emprego, no abastecimento e na sobrevivência das companhias.

NESSE CONTEXTO, QUAL É A EXPECTATIVA PARA O RENOVABIO?

EG: A prioridade, por ora, recai em iniciar o RenovaBio e a comercialização dos créditos de descarbonização (CBios) neste ano. Montamos a infraestrutura de comercialização de títulos, com mais de uma centena de empresas credenciadas e pré-CBios já emitidos. Isso marcará um novo capítulo na trajetória do setor. Ao longo das últimas décadas, revolucionamos a forma de

“O MOMENTO É CRÍTICO E DRAMÁTICO, POIS EXIGE MOBILIZAÇÃO DAS MAIS VARIADAS ÁREAS DE CADA COMUNIDADE.”

"PRECISAREMOS ACOMPANHAR DE PERTO SE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS TOMADAS SERÃO SUFICIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DAS EMPRESAS..."

produzir. Adotamos práticas para tornar os nossos produtos referências mundiais de sustentabilidade. De fato, eliminamos a queima, mecanizamos a colheita e requalificamos a mão de obra. Introduzimos o controle biológico e a fertirrigação e reduzimos o uso de insumos agrícolas. Esses investimentos em tecnologias garantiram ganhos de produtividade, eficiência operacional e proteção ambiental e de recursos naturais. Hoje, o RenovaBio e os CBios passam a reconhecer esses avanços e fomentar uma competição positiva rumo a uma redução ainda maior da pegada de carbono.

O ETANOL CARREGA BENEFÍCIOS AMBIENTAIS?

EG: Sim. Entregamos à sociedade brasileira o combustível com a menor pegada de carbono do mundo, capaz de reduzir em até 90% as emissões de CO_2 em comparação à gasolina. Também oferecemos à sociedade a bioeletricidade, renovável e sustentável, que já ocupa a quarta posição entre as fontes de energia elétrica. Como política estratégica para o País, não podemos criar insegurança e desconfiança com o adiamento do RenovaBio. Como entendemos ser essa a visão do Governo, acreditamos chegar ao final do ano com o programa rodando.

Para garantir práticas adequadas de comércio, temos como agenda a promoção do etanol no mundo. Realizamos uma série de missões, principalmente na Ásia, onde a maioria dos países carregam importantes desafios de reduzir as emissões de poluição nas grandes cidades, principalmente na China e na Índia. Contamos com uma alternativa interessante de usar o etanol para combater o aumento de combustíveis fósseis. Em um primeiro momento, a ideia não é vender etanol, mas sim expandir o seu comércio e o seu consumo por meio de políticas públicas.

DO PONTO DE VISTA INTERNACIONAL, COMO AMPLIAR OS MERCADOS E A COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS?

EG: Retomamos de uma maneira mais intensa o nosso papel internacional, em duplo sentido. Do ponto de vista defensivo, para evitar barreiras enfrentadas pelo açúcar, um dos produtos mais protegidos do mundo. Então, participamos ativamente de ações junto ao Governo. Criamos a abertura de painéis na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a Tailândia, a China e a Índia, com a conquista de um acordo com as duas primeiras e seguindo no mesmo rumo com a terceira.

No primeiro trimestre do ano, tivemos uma agenda intensa na Índia, com a missão presidencial brasileira no final de janeiro e a montagem de um *stand* no salão do automóvel de Nova Déli. Além disso, levamos especialistas brasileiros para uma série de seminários sobre etanol na Índia, no Paquistão e na Tailândia, realizada em parceria com as associações de produtores locais. Por conta da COVID-19, manteremos as ações de forma remota, focadas em comunicação e imprensa. ■

A ***Agroanalysis*** agradece a participação e a contribuição de Eduardo Luis Leão de Sousa e Annamaria Bonanomi, respectivamente, diretor executivo e coordenadora de Comunicação Corporativa da UNICA.

"EM UM PRIMEIRO MOMENTO, A IDEIA NÃO É VENDER ETANOL, MAS SIM EXPANDIR O SEU COMÉRCIO E O SEU CONSUMO POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS."



TONY OLIVEIRA / EPBR

FRASES & COMENTÁRIOS



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Devido à pandemia do novo coronavírus, adotamos medidas para que os agricultores tenham mais prazos e liquidez para honrar com seus compromissos financeiros.

A antecipação do Plano Safra 2020/2021 será bem-vinda para os produtores que começam o plantio do próximo ciclo no segundo semestre.

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

O orçamento recorde do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e a elevação dos valores para custeio e comercialização auxiliarão os produtores a negociarem a produção ao longo de toda a safra.

Deveremos engajar-nos de forma mais efetiva no processo de revisão das sugestões elencadas pela cadeia produtiva para aprimorar o Acordo Internacional do Café (AIC).

SILAS BRASILEIRO, presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

Reforçamos a necessidade de novos planejamentos e estratégias organizacionais diante do momento no qual o mundo se encontra.

Os produtores de frutas possuem uma força-tarefa para não deixar faltar tais produtos na mesa do consumidor. Estamos dentro do grupo de serviços essenciais, sem poder parar.

GUILHERME COELHO, novo presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas)

As nossas [chinesas] empresas agrícolas retomaram as atividades de maneira ordenada, e a produção está em aceleração para não haver crise alimentar em 2020.

Estamos confiantes em garantir o fornecimento de alimentos e produtos agrícolas importantes, com estabilidade nas importações de soja, carne, açúcar e outros produtos.

HAN CHANGFU, ministro do Ministério da Agricultura da China

O mercado internacional de açúcar tende a uma menor concorrência na oferta considerando os problemas climáticos nos países produtores e a reposição dos estoques de alimentos pela China.

JACYR DA SILVA COSTA FILHO, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp) e membro do Comitê Executivo do Grupo Tereos

No Brasil, há um grande potencial para expansão da base florestal plantada sem a necessidade da abertura de novas áreas.

O tamanho da nossa área pode aumentar à medida que avança o trabalho de recuperação de áreas de pastagens degradadas.

JOÃO SALOMÃO, coordenador-geral da Coordenação-Geral de Apoio à Comercialização da Agricultura Familiar (CGAF/MAPA)

Os efeitos da crise do coronavírus sobre o biocombustível são pontuais e atingiram com força a demanda interna devido à quarentena compulsória para o problema sanitário.

PEDRO ROBÉRIO DE MELO NOGUEIRA, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL)

COMO SERÁ A RECUPERAÇÃO?

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

OS EFEITOS econômicos decorrentes da pandemia ainda não são completamente mensuráveis. As primeiras informações, de qualquer forma, confirmam o impacto de uma forte desaceleração da atividade econômica global. O Produto Interno Bruto (PIB) da China, por exemplo, apresentou um recuo de 6,8% no primeiro trimestre deste ano relativamente ao mesmo período do ano anterior. Nos Estados Unidos, os pedidos de auxílio-desemprego superaram a marca média de 5 milhões semanais desde o início da pandemia em tal país. Nas principais economias europeias, o quadro não é muito distinto, o que aponta para um quadro recessivo na Zona do Euro neste ano.

A reação dos governos frente a esse quadro tem seguido um *script* clássico de política econômica expansionista. Do lado monetário, os Bancos Centrais seguiram cortando taxas de juros e garantindo ampla assistência de liquidez aos mercados financeiros. No plano fiscal, as ações têm se direcionado tanto para lidar com os efeitos diretos da pandemia em termos de gastos com saúde, quanto para manter a atividade econômica operando em algum grau.

No caso brasileiro, os efeitos da pandemia na atividade econômica são plenamente visíveis ante a quarentena estabelecida desde fins do mês de março. Ainda não se sabe exatamente a dimensão da retração da produção e da renda por conta da pandemia, mas as projeções apontam para uma queda potencial do PIB brasileiro da ordem de 5% neste ano.

Uma questão fundamental que se coloca a partir de agora é como será o mundo do ponto de vista econômico após os picos da pandemia observados em termos globais.

Ao que tudo indica, o processo será de reabertura gradual nas economias, com uma volta gradativa à atividade em distintos setores. Esse processo sinaliza que, no curto prazo, o ritmo da atividade econômica deve registrar alguma recuperação relativa ao observado nos períodos mais agudos da pandemia e durante a quarentena.

Observando-se de uma perspectiva de médio prazo, no entanto, alguns elementos entram em cena e devem condicionar a velocidade de recuperação relativa de cada economia.

Em primeiro lugar, o mundo pós-pandemia encontrará consumidores potencialmente mais conservadores acerca de suas decisões de consumo. Isso se deve ao fato de que o processo de recuperação ainda exibirá uma incerteza relativa quanto ao grau de recuperação da renda e do emprego nos primeiros meses.

Em segundo lugar, boa parte das empresas e dos setores contará com capacidade ociosa e dificuldades de caixa para realizar uma retomada mais robusta dos investimentos produtivos.

Em terceiro lugar, os efeitos fiscais decorrentes das ações para lidar com a pandemia podem colocar em *stress* novas iniciativas no sentido de manter a prática de uma política fiscal expansionista no médio prazo.

Por fim, um elemento comum a todos os agentes (consumidores, empresas e governos) reside no fato de que o mundo pós-pandemia será pontuado por um grau de endividamento maior. Em outras palavras, a saída da pandemia encontrará consumidores, empresas e governos mais endividados. Esse fenômeno, dependendo do grau relativo presente em cada economia, colocará limites em uma retomada mais robusta da atividade econômica no médio prazo.

As apostas de parte dos economistas são de que, mesmo na presença desses elementos, a recuperação da economia global será rápida, o que configuraria uma retomada em V. Em outras palavras, o ano de 2020 seria pontuado por uma recessão, mas com sinais já claros de uma recuperação a partir do seu terceiro trimestre.

No entanto, um grupo mais pessimista de economistas aponta para o potencial de uma recuperação mais lenta, o que seria representado por uma retomada em formato de U. Nesse cenário, os elementos apontados anteriormente colocariam um peso maior no processo de recuperação, tornando-o mais lento.

Nesse conjunto de possibilidades, encaixa-se, ainda, o potencial de uma retomada da atividade econômica em formato de W. Nesse cenário, as economias iniciariam um processo de recuperação que seria abortado por uma nova onda de contágio, levando a novas quarentenas.

Até o momento, considerando a elevada dívida pública brasileira (em um contexto de *stress* da política fiscal) e o alto grau de endividamento relativo dos agentes privados no País, parece que a nossa recuperação estará mais próxima do formato em U do que em V. ■

LINHA EMERGENCIAL PARA O SETOR ENERGÉTICO

As atuais dificuldades do setor de etanol no Brasil decorrem de dois motivos principais: primeiro, o impasse entre a Arábia Saudita e a Rússia, com cortes na produção diária e derrubada nos preços do petróleo; e, segundo, a queda no consumo de biocombustível por causa da quarentena para controlar o surto de coronavírus. Isso levou a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e a Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético a pedirem ao Governo tomar três medidas urgentes para evitar o aprofundamento da crise:

- Instituição de um programa de warrantagem para permitir a estocagem e o financiamento de, no mínimo, 6 bilhões de litros de etanol anidro e/ou hidratado;
- Redução temporária da carga tributária federal aplicada ao etanol hidratado (o PIS/COFINS sobre o biocombustível totaliza cerca de R$ 0,24/litro);
- Aumento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre a gasolina em R$ 0,40 por litro do derivado na refinaria.

AGILIDADE NO CRÉDITO RURAL

Para minimizar as dificuldades do setor agropecuário devido à pandemia de coronavírus, sobretudo dos produtores rurais com contratações até 30 de junho de 2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) tomou as seguintes medidas:

- Prorrogação das amortizações de financiamentos do custeio e de investimentos vencidas e não pagas/vincendas até 15 de agosto de 2020, a taxas de juros originais da operação.
- Determinação do Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) com até R$ 65 milhões por beneficiário e taxas de juros anuais de 6% para cooperativas de agricultores familiares e 8% para as demais empresas.
- Financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com taxas de juros anuais de 4,6% e prazo para pagamento de três anos, incluído um de carência. O limite por produtor é de R$ 20 mil.
- Financiamento do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) com taxas de juros anuais de 6,0% e prazo para pagamento de três anos, incluído um de carência. O limite por produtor é de R$ 40 mil.

REGIÃO SUL AFETADA PELA ESTIAGEM

Nos municípios com declaração de estado de emergência ou calamidade pública na região Sul do País, está prevista a prorrogação de financiamentos do custeio e de investimentos aos mesmos encargos financeiros originalmente contratados. O pagamento será em até sete parcelas anuais, iguais e sucessivas, a partir da data de renegociação, nas condições originais do contrato. As parcelas de investimentos vencidas neste ano serão prorrogadas para o ano subsequente ao do vencimento final da operação.

Para financiar capital de giro (Procap-Agro Emergencial Estiagem), as cooperativas poderão renegociar em até 100% do montante devido pelo associado decorrente da aquisição de insumos para utilização na safra 2019/20. O recurso deverá ser repassado nas mesmas condições de financiamento para o associado. Para as operações com seguro rural, os valores indenizados serão deduzidos.



PRORROGADA A RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 100

O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) aprovou, em 3 de abril último, a prorrogação do Convênio ICMS nº 100/97 até dezembro de 2020. A medida prevê a isenção tributária em operações internas e reduz a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de comercialização interestadual de insumos agropecuários em até 30% para fertilizantes e rações e em até 60% para defensivos agrícolas e sementes. Desta maneira, os produtores rurais poderão manter a competitividade nos custos de produção justamente neste momento de turbulência econômica com a pandemia de coronavírus.

BALANÇA COMERCIAL DA AGROPECUÁRIA NOS EUA

O comportamento da balança comercial da agropecuária dos Estados Unidos mostrou encolhimento recorde em 2019. Para este ano, espera-se uma recuperação do saldo das importações e das exportações, contudo muito abaixo do saldo de 2018.

ESTADOS UNIDOS: BALANÇA COMERCIAL DA AGROPECUÁRIA (US$ BILHÕES)

ANO	Exportação	Importação	Saldo
2011	137,5	94,5	43,0
2012	135,9	94,5	41,4
2013	141,1	103,9	37,2
2014	152,3	109,3	43,0
2015	139,8	114,2	25,6
2016	129,6	113,0	16,6
2017	140,1	119,1	21,0
2018	143,4	123,7	19,7
2019	135,5	130,9	4,6
2020*	139,5	132,2	7,3

*Estimativa
Fonte: USDA (outubro a setembro)



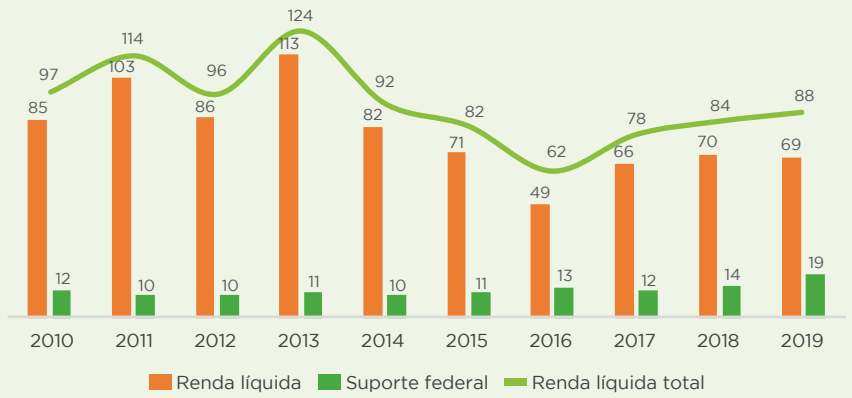
SHUTTERSTOCK

CAI RENDA LÍQUIDA NA PRODUÇÃO AMERICANA

A melhora na renda da agropecuária nos Estados Unidos deve ser bastante creditada à manutenção dos recursos providos pelo governo federal. Durante o governo Trump, houve duas rodadas de negociação para a ajuda dos agricultores em face da guerra comercial contra a China e outros parceiros comerciais, nos pacotes de 2018 (US$ 12 bilhões) e 2019 (US$ 16 bilhões).

Mais recentemente, como parte do plano histórico aprovado pelo Senado dos Estados Unidos para enfrentar a pandemia de coronavírus, de US$ 2 trilhões, o setor será contemplado com US$ 26,5 bilhões. Existe, ainda, uma verba para o programa de alimentação popular de US$ 25,1 bilhões.

ESTADOS UNIDOS: RENDA LÍQUIDA E SUPORTE FEDERAL PARA A AGRICULTURA



Fonte: USDA

AJUDA AOS PRODUTORES NA PANDEMIA

Recursos de R$ 500 milhões do Ministério da Cidadania serão utilizados em prioridade no PAA. Os beneficiários serão os pequenos produtores afetados pela pandemia de coronavírus. Essa dotação terá a administração da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), autarquia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O Congresso Nacional, por sua vez, autorizou a distribuição de alimentos da merenda escolar adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para as famílias dos alunos durante o período de suspensão das aulas por causa da pandemia. Com isso, as compras prosseguem e mantém-se a fonte de renda para os pequenos produtores.

TREZE ANOS SEM FEBRE AFTOSA

O Plano Estratégico 2017-2026 do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PE-PNEFA) alcança pouco mais de dois anos de execução. A sua criação visa manter as condições sustentáveis para garantir ao Brasil o *status* sanitário de país livre de febre aftosa e ampliar as zonas livres sem vacinação. Depois da última vacinação ocorrida no Paraná (maio de 2019) e no Rio Grande do Sul (abril de 2020), está prevista uma próxima aplicação para os estados do Bloco I (Acre, Rondônia e parte do Amazonas e de Mato Grosso). Faz treze anos que foi registrado o último foco da doença no País.

SETOR DE FLORES SOFRE COM A PANDEMIA

Com a pandemia de COVID-19, houve o cancelamento de eventos e o fechamento de pontos de venda de flores. Esse fato aflige o Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor) diante da paralisação da comercialização de flores e plantas ornamentais. O movimento anual dessa cadeia produtiva foi de R$ 8,67 bilhões em 2020, com geração de empregos diretos (210 mil) e indiretos (800 mil). Até o Dia das Mães (segundo domingo deste mês), a perda acumulada deverá chegar a R$ 1,36 bilhão. As flores são produtos perecíveis como frutas, legumes e verduras (FLV).

AMPLIAÇÃO DAS FLORESTAS PLANTADAS

As florestas plantadas no Brasil (10 milhões de hectares), dominadas por pés de eucaliptos e pínus, além de acácias e outras variedades, respondem por 90% da madeira produzida para fins industriais no País, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A meta do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PlantarFlorestas) é ampliar essas áreas em 2 milhões de hectares até 2030.

Oficializado em 2019, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) passou para a estrutura do MAPA. Neste ano, foram investidos R$ 825 milhões pelo crédito rural, suficientes para o plantio de 77,5 mil hectares ou 115 milhões de árvores. As empresas florestais preservam 5,6 milhões de hectares de florestas primárias, ou seja, para cada 1 hectare plantado, 0,6 é preservado, acima das exigências legais.

AQUISIÇÃO RECORDE DE LEITE

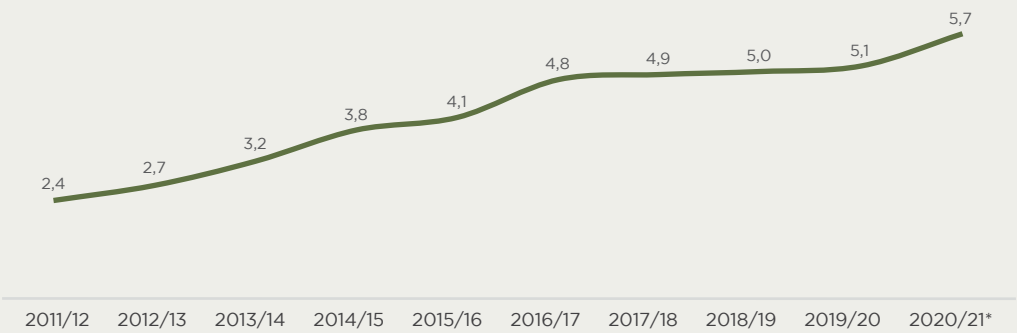
A aquisição de leite cru feita por estabelecimentos sob inspeção sanitária – federal, estadual ou municipal – totalizou volume recorde em 2019, segundo os dados da Pesquisa Trimestral do Leite, do IBGE. Houve um aumento na quantidade captada em 18 das 26 Unidades da Federação (UFs) participantes da pesquisa. Manteve a liderança na produção Minas Gerais (25,0%), estado seguido por Rio Grande do Sul (13,2%) e Paraná (13,1%). Em milhões de litros, os maiores avanços ocorreram no Paraná (+186,16), em Minas Gerais (+181,60), em Goiás (+112,49), em São Paulo (+57,60) e no Ceará (+55,14).

Para 2020, a perda de renda dos consumidores devido à pandemia de COVID-19 deverá afetar o consumo do produto. Assim, a indústria deverá mudar o *mix* de produção, enquanto os produtores buscarão reduzir custos.

MAIORES RECURSOS PARA O FUNCAFÉ

O Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) aprovou orçamento recorde para a distribuição dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para a safra 2020/21. Em um ciclo de safra alta, por causa da bianualidade positiva da planta, a ampliação dos recursos é mais necessária. As linhas de custeio e comercialização deverão receber R$ 1,6 bilhão (+23,1%) e R$ 2,3 bilhões (+17,2%) respectivamente. Para a linha Financiamento para Aquisição de Café (FAC), houve um incremento de R$ 1 milhão. As demais linhas não sofreram alteração em relação a 2019. Essa decisão foi aprovada em resolução do CMN.

RECURSOS PARA O FUNCAFÉ
(R$ BILHÕES)



*Estimativa
Fonte: CDPC/MAPA

IMPACTOS E RESPOSTAS DAS AUTORIDADES ECONÔMICAS À COVID-19

FELIPPE SERIGATI[1], ROBERTA POSSAMAI[2]

Neste momento, ainda há poucos números oficiais sobre os efeitos da paralisação causada pela COVID-19 na economia. No entanto, já estão disponíveis alguns indicadores – como circulação nas rodovias e faturamento das pequenas e das médias empresas – que deixam evidente que os impactos foram muito intensos. Além de se apresentar essa discussão, comparam-se as principais medidas de socorro adotadas pelo Brasil e pelos EUA.

A ECONOMIA mundial tem sido atropelada pela pandemia de COVID-19. Ao longo de março último, diversos países restringiram o funcionamento das suas economias apenas às atividades essenciais, tais como produção e distribuição de alimentos, medicamentos, serviços básicos etc. Naturalmente, uma consequência direta dessa paralisia tem sido uma queda forte e abrupta do Produto Interno Bruto (PIB), com reflexos negativos em diversas áreas, com especial destaque para o mercado de trabalho. Embora ainda haja poucos números oficiais quantificando a dimensão dessa "colisão", já estão disponíveis alguns indicadores antecedentes. O que estes sugerem? Como eles mudaram as projeções para o crescimento econômico em 2020? Por fim, qual tem sido a resposta das autoridades econômicas?

OS PRIMEIROS NÚMEROS DA PARALISIA ECONÔMICA NO MUNDO

Na segunda semana de abril, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou as suas projeções revisadas para o crescimento da economia mundial em 2020: enquanto, em janeiro, sugeria que a economia global cresceria cerca de 3,3%; agora, projeta uma contração de 3,0%. Entre as principais economias do Planeta, o FMI ainda manteve projeção de expansão apenas para a China (1,2%) e a Índia (1,9%). Para a Zona do Euro, aponta uma contração de 7,5%; para os Estados Unidos, de 5,9%; e, para o Brasil, de 5,3%.

Os números anteriores deixam evidente que o cenário-base para o mundo é de forte recessão neste ano. Certamente, uma das faces mais amargas dessa contração das economias é a deterioração das condições no mercado de trabalho. O aumento da taxa de desemprego deverá reduzir a renda disponível nos domicílios e, inclusive para aqueles que mantiverem seus postos de trabalho, exigir uma cautela maior para realizar seus gastos. Em ambos os casos, isso implica uma redução do consumo.

OS PRIMEIROS NÚMEROS DA PARALISIA ECONÔMICA NO BRASIL

Para o Brasil, a projeção do FMI (recessão de 5,3%) está mais alinhada ao piso das projeções da pesquisa Focus, do Banco Central do Brasil (BCB). Enquanto a mediana das projeções captadas por essa pesquisa sugere que a economia brasileira deverá contrair 2,0% em 2020, o piso dessas projeções indica uma queda de 6,0%. No momento em que este artigo é escrito, ainda não há números oficiais que captam o que aconteceu com a atividade econômica em março, o primeiro mês com alguma restrição de circulação de pessoas. Porém, alguns indicadores antecedentes sinalizam que a paralisação da atividade econômica foi intensa:

- De acordo com a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), o fluxo de veículos em rodovias pedagiadas nos estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro diminuiu em 18,4% em março quando comparado ao do mês anterior. Essa contração deu-se mais fortemente entre os veículos leves (-22,7%) do que entre os veículos pesados, como caminhões (-4,1%). É importante lembrar que esses números estão subestimando os impactos da COVID-19, pois (i) a restrição de circulação aconteceu somente na segunda quinzena de março e (ii) parte dos caminhões ainda estava em viagens longas ou cumprindo transportes previamente programados.

- O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com a Cielo, uma empresa de serviços

VARIAÇÃO DO FLUXO DE VEÍCULOS EM RODOVIAS PEDAGIADAS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E RIO DE JANEIRO

PERÍODO	Leves	Pesados	Total
Março de 2020 sobre março de 2019	-26,3%	3,1%	-19,3%
Março de 2020 sobre fevereiro de 2020 com ajuste sazonal	-22,7%	-4,1%	-18,4%
Acumulado no ano (janeiro a março de 2020 sobre janeiro a março de 2019)	-6,7%	1,3%	-4,8%

Fonte: ABCR

financeiros, divulga informações semanais sobre o faturamento de pequenas empresas. A partir desse levantamento, entre a segunda e a terceira semana de março, o faturamento de diversos segmentos do varejo e do setor de serviços contraiu fortemente: de -10% para farmácias até -88% para agências de turismo.

O PADRÃO DAS RESPOSTAS DAS AUTORIDADES ECONÔMICAS

Os números anteriores deixam evidente que a economia global está passando por uma turbulência de grandes proporções. É grande a demanda por ações das autoridades econômicas que busquem, na medida do possível, amenizar os impactos negativos que estão sendo sentidos pela atividade econômica. Apesar das diferenças entre as respostas de cada país, ao menos entre as principais economias, incluindo o Brasil, há um visível padrão nessas iniciativas:

- As medidas não estão assumindo o objetivo de estimular a economia, mas de tentar dar alguma sobrevida a empresas e domicílios enquanto a economia estiver funcionando em "marcha lenta";

- Para instituições financeiras: ofertar liquidez quase de forma ilimitada, sendo as metas (i) evitar que alguma instituição financeira quebre, levando a um "efeito dominó" em uma fração relevante do sistema, e (ii) fornecer crédito barato para empresas e domicílios;

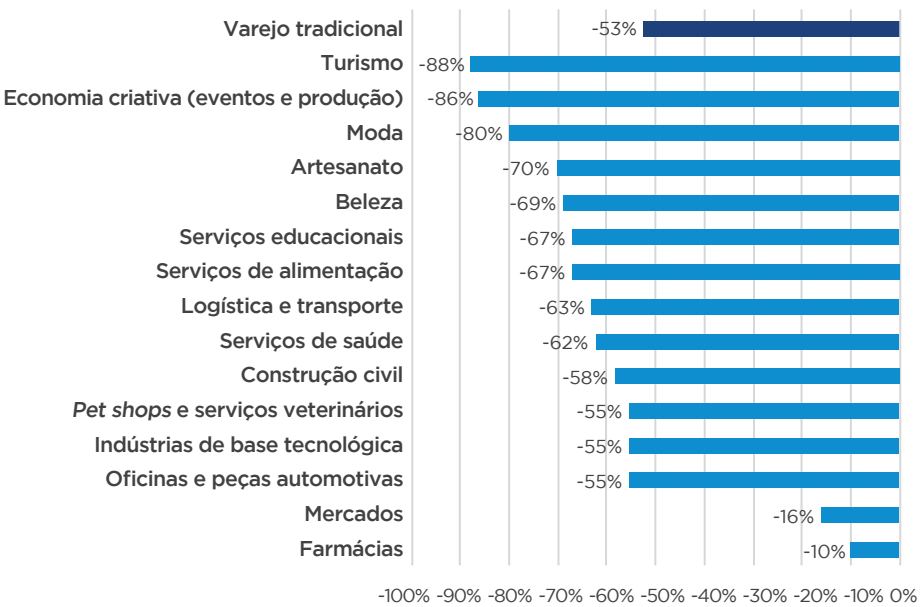
- Para empresas: disponibilizar recursos e linhas de crédito, além postergar o pagamento de tributos, sendo as metas (i) minimizar o número de falências e (ii) manter o maior número possível de postos de trabalho;

- Para domicílios: transferência direta de renda, com o objetivo de garantir algum recurso para que eles possam sobreviver a essa turbulência, mesmo que com algumas cicatrizes.

Apesar do esforço, é fundamental ressaltar que, provavelmente, haverá novas rodadas de "socorro emergencial", pois ainda está muito difícil dimensionar o tamanho do choque pelo qual a economia passará.

Enfim, embora ainda haja poucos números oficiais quantificando a dimensão da paralisação econômica causada pela COVID-19, já estão disponíveis alguns indicadores antecedentes. Apesar de suas limitações, esses indicadores deixam evidente que os impactos foram muito intensos. Na realidade, esses números ajudaram diversas instituições a reavaliarem suas projeções para o crescimento econômico deste ano. Esse cenário, obviamente, tem exigido respostas rápidas e contundentes das autoridades econômicas em vários países, inclusive no Brasil.

VARIAÇÃO DO FATURAMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS ENTRE A SEGUNDA E A TERCEIRA SEMANA DE MARÇO



Fonte: Sebrae; Cielo

ESPECIFICIDADES DAS MEDIDAS DE "SOCORRO EMERGENCIAL" NOS ESTADOS UNIDOS

No momento em que este artigo é escrito, os Estados Unidos são o principal epicentro da pandemia de COVID-19. É nesse país que se concentra o maior número de infectados já testados, o maior número de óbitos e o maior número de novos casos diários para ambas as variáveis anteriores.

Entre as principais economias, a resposta do Fed – o Banco Central dos Estados Unidos – para atenuar as consequências econômicas dessa crise também tem sido uma das mais agressivas. Além das medidas tradicionais já adotadas, como redução da taxa de juros, abertura das operações de redesconto e compras maciças de títulos da dívida norte-americana e títulos associados a hipotecas, vale destacar algumas "inovações":

- Compra de carteiras de crédito das instituições bancárias, que podem conter praticamente qualquer tipo de crédito, de capital de giro a crédito automotivo, passando, inclusive, por crédito estudantil;
- Garantia de 95% do valor emprestado para pequenas e "médias" empresas (companhias com menos que 10 mil funcionários ou com faturamento menor do que US$ 2,5 bilhões), sendo que a contrapartida exigida é a manutenção dos postos de trabalho – para as instituições bancárias, a exposição de apenas 5% do valor emprestado dá-se para evitar que esse crédito seja concedido sem o mínimo critério;
- Oferta praticamente ilimitada de dólar para outros Bancos Centrais – ou seja, o Fed assumirá a função de emprestador de última instância de dólar do Planeta.

ESPECIFICIDADES DAS MEDIDAS DE "SOCORRO EMERGENCIAL" NO BRASIL

A pandemia de COVID-19 atinge a economia brasileira em uma situação melhor do que aquela em que ela estava desde 2015, porém ainda com diversas fragilidades: atividade econômica em lenta recuperação; situação fiscal delicada; e taxa de desemprego ainda elevada. Pelo menos, algumas reformas já tinham sido realizadas, como as reformas da previdência e trabalhista, a inflação estava sob controle e o BCB ainda tinha espaço para reduzir a taxa de juros.

Diante dessa conjuntura, é possível sintetizar as respostas das autoridades econômicas brasileiras a essa crise em quatro grandes grupos de medidas:

- Medidas de liquidez e de capital: liberação dos recolhimentos compulsórios (R$ 200 bilhões), empréstimo com lastro em letras financeiras (R$ 670 bilhões), nova DPGE (R$ 200 bilhões), dispensa de provisionamento por repactuação (R$ 3,2 trilhões) etc., com o objetivo de fornecer liquidez às instituições financeiras para que seja ofertado crédito barato e abundante. Todavia, até o momento em que este artigo é escrito, há reclamações do setor produtivo de que esses recursos ficaram "empoçados" e ainda não chegaram à ponta final.
- Medidas diretas de crédito:
  - Para grandes empresas: disponibilização de recursos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e via Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para que elas possam ter liquidez, seja por emissão de dívida, seja por *equity*.
  - Para médias empresas: liberação de crédito (R$ 40 bilhões) para pagamento de folha salarial. A limitação dessa medida é que ela alcança somente o mercado de trabalho formal.
  - Para pequenas empresas e setor informal: no momento em que este artigo é escrito, ainda não está explícito por meio de quais canais os recursos disponibilizados pelo BCB chegarão a esse grupo. Há estudos avaliando o uso da Caixa Econômica Federal, das lotéricas e, até mesmo, das próprias "maquininhas" de débito/crédito.
- Medidas de transferência direta para domicílios: auxílio emergencial de R$ 600,00; eliminação da fila do Bolsa Família e ampliação do valor do benefício; e uso das informações do Cadastro Único.
- Medidas tributárias: postergação de tributos. ■

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2 Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO SÃO POSITIVAS, MAS COM RESTRIÇÕES

FELIPPE SERIGATI[1], ROBERTA POSSAMAI[2]

Com o "quase lockdown*" mundial ocorrido em março último, o saldo da balança comercial do agronegócio cresceu 31,5% em relação a fevereiro de 2020 e 0,6% frente a março de 2019. No entanto, essa expansão ocorreu devido ao desempenho de poucos produtos (complexo soja, algodão, açúcar e carnes) e se concentrou em poucos destinos (especialmente, China). Até o momento, o agronegócio está sendo o setor menos atingido pelos efeitos da pandemia.*

DE FORMA inédita, a pandemia de COVID-19 desacelerou fortemente a atividade econômica mundial em março. Enquanto, em fevereiro, praticamente apenas a China tinha restringido a circulação de pessoas e mercadorias; em março, essa restrição foi adotada por diversos países. Inevitavelmente, essa limitação desaqueceu a economia global, tanto pelo lado da oferta, pois uma fração da mão de obra não pôde exercer a sua atividade profissional, quanto pelo lado da demanda, uma vez que os domicílios consumiram menos, seja pela contração de sua renda, seja pela incerteza com relação ao futuro, seja pela impossibilidade de ir até o local das compras.

Para o caso brasileiro, ainda são escassas as estatísticas oficiais que permitam quantificar a intensidade desses choques sobre a atividade econômica. Todavia, já está disponível um conjunto de números muito importante: o fluxo de comércio internacional envolvendo o Brasil, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (SECEX/MDIC).

A partir desses números, o Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) tem acompanhado as exportações e as importações do universo agro em um monitoramento denominado Desempenho Comercial do Agronegócio Brasileiro. Com esses dados organizados, já é possível descrever como esse "quase *lockdown*" mundial em março afetou as transações comerciais do setor.

O QUE ACONTECEU COM AS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO EM MARÇO?

Ao compilar os números disponíveis pela SECEX por segmento do agronegócio, já foi possível observar:

- Controlado pelo número de dias úteis, o valor exportado pelo agronegócio em março (US$ 437,5 milhões/dia) foi superior ao valor exportado nos dois primeiros meses do ano (US$ 368,8 milhões/dia em fevereiro e US$ 276,5 milhões/dia em janeiro), ou seja, o valor exportado em março foi 18,7% maior do que aquele em fevereiro.

- Essa expansão não foi generalizada entre os grandes segmentos do agronegócio: foi o valor exportado pela agropecuária (US$ 224,0 milhões/dia) em março que superou o valor exportado em fevereiro (US$ 144,9 milhões/dia); já para a agroindústria, o valor exportado em março (US$ 201,4 milhões/dia) foi menor do que aquele em fevereiro (US$ 220,2 milhões/dia).

- Apesar desse crescimento, é importante destacar que a expansão das exportações ficou concentrada em poucos produtos: soja em grão, produtos florestais, (com especial destaque para papel/celulose) e óleos e gorduras (com destaque para farelo de soja).

- Ao comparar o desempenho de março ao de março do ano anterior, fica evidente que o valor exportado pelo agronegócio contraiu em 3,3%. Na realidade, apenas quatro produtos apresentaram expansão nessa comparação: soja em grão, algodão, açúcar e carne bovina.

- No acumulado do ano, ou seja, na comparação do primeiro trimestre de 2020 ao mesmo período do ano passado, o valor exportado pelo agronegócio também encolheu (-3.7%); apenas soja em grão, algodão, açúcar, carnes e bebidas apresentaram crescimento.

O QUE ACONTECEU COM AS IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO EM MARÇO?

Sob um contexto de dólar cada vez mais caro e cadeias globais de suprimento funcionando com maiores dificuldades e interrupções, já foi possível observar:

- Controlado pelo número de dias úteis, o valor importado pelo agronegócio em março (US$ 118,2 milhões/dia) foi inferior ao valor importado nos dois primeiros meses do ano (US$ 125,8 milhões/dia em fevereiro e US$ 119,0 milhões/dia em janeiro).

- Diferentemente das exportações, o valor importado por dia útil em março foi menor do que aquele observado em fevereiro para todos os grandes segmentos do agronegócio: tanto nas atividades agropecuárias, quanto na agroindústria.

- Em comparação ao mês de março do ano passado, apenas as importações de arroz, biocombustíveis, fumo e bebidas registraram expansão.

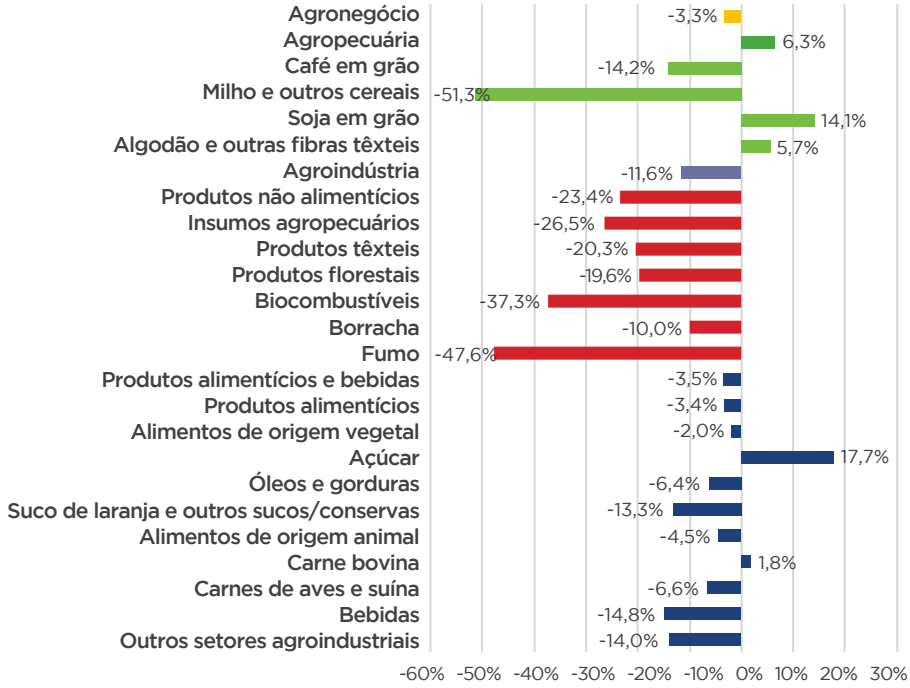
O DESEMPENHO COMERCIAL FOI SEMELHANTE ENTRE OS PRINCIPAIS DESTINOS DO SETOR?

Ao desagregar as exportações do agronegócio pelos seus principais destinos, apenas o valor embarcado para a China foi maior em março (15,3%) do que aquele observado no mesmo mês do ano passado. Essa expansão foi liderada pelos embarques de soja em grão e carnes, tanto em valor, quanto em volume. Enquanto isso, o valor embarcado para a União Europeia (UE), o Oriente Médio, os Estados Unidos (EUA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) sofreu retração.

Já para as importações, também na comparação a março de 2019, houve expressiva contração do valor dos embarques de praticamente todas as principais origens: China (-28,9%), UE (-11,4%), EUA (-12,9%) e MERCOSUL (-9,0%). Apenas o valor importado do Oriente Médio apresentou expansão (67,1%), puxado quase exclusivamente pela aquisição de insumos agropecuários.

Enfim, embora o saldo da balança comercial do agronegócio tenha crescido durante o mês de março (31,5% em comparação a fevereiro de 2020 e 0,6% em comparação a março de 2019), essa expansão deu-se devido a poucos produtos (complexo soja, algodão, açúcar e carnes), a poucos destinos (especial destaque para a China) e à forte contração das importações. Até o momento, o agronegócio foi menos atingido pela pandemia do que outros setores, mas não é possível dizer que está passando ileso. ■

VARIAÇÃO (% A.A.) DO VALOR (EM US$) EXPORTADO POR DIA ÚTIL ENTRE MARÇO DE 2019 E MARÇO DE 2020 POR SEGMENTO E PRODUTO DO AGRONEGÓCIO



Fonte: SECEX/MDIC; elaboração: FGV Agro

VARIAÇÃO (% A.A.) DO VALOR (EM US$) EXPORTADO E IMPORTADO POR DIA ÚTIL ENTRE MARÇO DE 2019 E MARÇO DE 2020

PAÍS/BLOCO ECONÔMICO	Exportações	Importações
TOTAL	**-3,3%**	**-12,3%**
China	15,3%	-28,9%
UE	-14,5%	-11,4%
EUA	-15,9%	-12,9%
Oriente Médio	-50,6%	67,1%
MERCOSUL	-17,1%	-9,0%

Fonte: Scot Consultoria; IMEA

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

2 Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

O IMPACTO DA COVID-19 SOBRE O SETOR DE AÇÚCAR E ETANOL

PLINIO M. NASTARI*

A safra 2019/20 aponta para um crescimento da oferta de ATR e recorde na produção de etanol de milho. As expectativas positivas para a safra 2020/21 foram interrompidas pelo choque da pandemia de COVID-19. Diferentemente da energia de origem fóssil, que ocorre em sistema de estoque, a produção de etanol e açúcar, como todo produto oriundo de biomassa, ocorre em sistema de fluxo, ou seja, a produção e o processamento da cana não podem parar. O setor necessitará de ações de ajuda governamental.

NA REGIÃO Centro-Sul do Brasil, a safra 2019/20 encerrou confirmando as estimativas de que essa seria uma safra de recuperação. Foram processados 589,90 milhões de toneladas de cana, 2,9% a mais do que em 2018/19. Também por conta do clima mais seco a partir do segundo semestre de 2019, o rendimento industrial atingiu uma média de 138,57 quilos de açúcares totais recuperáveis (ATR) por tonelada de cana, um ligeiro crescimento de 0,5% sobre a temporada anterior. Esses números confirmam a previsão de que a safra 2019/20 deveria ser marcada por um crescimento na oferta total de ATR. E, de fato, essa visão se concretizou, com 81,742 milhões de toneladas de ATR produzidos em 2019/20 na região Centro-Sul, 3,5% a mais do que em 2018/19 (na região Norte-Nordeste, o crescimento deve confirmar-se em uma proporção ainda maior, de 9,0%, com 6,868 milhões de toneladas de ATR).

O *mix* de produção foi fortemente alcooleiro, com apenas 34,32% da oferta de ATR direcionada para a fabricação de açúcar, 0,88% abaixo do observado em 2018/19. Assim, no somatório desde 1º de abril de 2019, foram produzidos 26,729 milhões de toneladas de açúcar – um aumento de 0,9% –, ao passo que as produções de etanol anidro e de hidratado atingiram, respectivamente, 9,941 bilhões de litros (+8,8%) e 23,301 bilhões de litros (+6,8%) – um total de 33,242 bilhões de litros. Por fim, teve destaque o salto na produção de etanol a partir do milho, que bateu o recorde de 1,624 bilhão de litros em 2019/20, mais do que o dobro do volume fabricado em 2018/19 (0,745 bilhão de litros), dos quais 225.920 metros cúbicos de etanol anidro (+94,6%) e 1,184 bilhão de litros de etanol hidratado (+128,1%).

REGIÃO CENTRO-SUL: NÚMEROS DA SAFRA 2019/20

Cana processada	589,90 milhões de toneladas	+2,9%
Rendimento industrial médio	138,57 quilos de ATR por tonelada de cana	+0,5%
ATR produzidos	81,742 milhões de toneladas	+3,5%
ATR destinados à produção de álcool	65,68%	+0,88%
ATR destinados à produção de açúcar	34,32%	-0,88%
Açúcar produzido	26,729 milhões de toneladas	+0,9%
Etanol anidro produzido	9,941 bilhões de litros	+8,8%
Etanol hidratado produzido	23,301 bilhões de litros	+6,8%
Etanol de milho produzido	1,624 bilhão de litros	+118,0%

Fonte: DATAGRO

Considerando as regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste somadas, a produção de açúcar deve chegar a 29,55 milhões de toneladas, a produção de etanol a 35,524 bilhões de litros, e a oferta de ATR, ou quase açúcar, a 88,61 milhões de toneladas.

Esses são números superlativos para o mundo do açúcar e do etanol quando se leva em conta que o consumo mundial de açúcar é estimado em 184,75 milhões de toneladas de açúcar cru equivalente para o ano comercial de 2019/20 (outubro a setembro). Ou quando se considera, então, que, em 2019, o etanol consumido apenas como combustível, excluindo-se, portanto, os seus outros usos nos mercados de bebidas, tintas, fármacos e alcoolquímica, representou expressivos 46,0% do consumo de combustíveis do ciclo Otto no Brasil. Em outras palavras, o etanol substituiu 46% de toda a gasolina consumida no País em 2019. Em alguns estados, a substituição deu-se por percentual ainda maior, conforme cálculos da DATAGRO: em São Paulo, 64,0%; em Minas Gerais, 56,5%; em Goiás, 64,8%; no Paraná, 51,2%; e, em Mato Grosso, 70,5%. Na safra 2019/20, os preços do açúcar e do etanol foram razoáveis, impulsionados por uma estimativa de déficit no mercado mundial de açúcar e preços de petróleo e gasolina estáveis.



SHUTTERSTOCK

Com a expectativa de que a safra 2020/21, iniciada em 1º de abril deste ano, terá um volume total de ATR igual ou ligeiramente superior ao da safra anterior, tudo caminhava para que o setor de açúcar e etanol tivesse mais um ano de recuperação, com a possibilidade de uma redução adicional no elevado endividamento acumulado na fase de controle de preços da gasolina, entre 2011 e 2014.

Contudo, veio, então, a crise da COVID e, com ela, veio um choque duplo, com expressiva queda do preço e do volume consumido de combustíveis. Entre 2 de março e 3 de abril últimos, o preço do etanol hidratado ao produtor, livre de impostos, caiu de R$ 2,16 para R$ 1,28 por litro, e, entre a primeira e a última semana de março, o consumo de etanol hidratado registrado nos postos de revenda caiu 58,4% e o consumo de gasolina C, contendo 27% de etanol anidro, caiu 53,8%.

Esses choques ocorrem no momento em que o setor sucroenergético começa a colher a safra 2020/21, sendo a cana um produto agrícola que não pode ser armazenado nem transportado por longas distâncias. Uma vez colhida, a cana precisa ser processada idealmente em até 24 e não mais do que 48 horas. A produção de etanol e açúcar, como todo produto oriundo de biomassa, ocorre em sistema de fluxo, diferentemente da energia de origem fóssil, que ocorre em sistema de estoque. É possível interromper a extração de petróleo e gás, mas não é possível interromper a colheita e o processamento de cana. Não se pode desconsiderar, também, a produção de bioeletricidade oriunda da queima de bagaço e palha de cana, que representa uma parcela importante da oferta de energia elétrica em várias cidades e regiões do interior.

A natureza da produção de etanol e bioeletricidade de cana e a sua importância para a manutenção de emprego e renda e o abastecimento futuro quando a crise tiver passado fazem com que seja necessária uma atenção especial dos governos, federal e estaduais, para esse setor. Medidas precisam levar em conta que é preciso financiar a estocagem de etanol e compensar parcialmente a queda de preços aos produtores com a suspensão do recolhimento de impostos como PIS e COFINS sobre o etanol e o aumento do valor da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre a gasolina.

A alternativa para os produtores que ainda puderem adotar esse tipo de medida, mesmo que parcialmente, será alterar o *mix* de produção para que se produza mais açúcar. No entanto, há limites para a capacidade dos mercados interno e externo absorverem o consequente aumento de oferta. A realidade é que, em um período muito curto, a crise da COVID trouxe grande intranquilidade e instabilidade a um setor que é de grande importância estratégica para o País. Medidas urgentes são necessárias para que esse setor não se desestruture. ■

*Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

O IMPACTO DO CORONAVÍRUS SOBRE MERCADOS DO AGRO

RAFAEL RIBEIRO[1], HYBERVILLE NETO[2]

Diante do atual contexto da pandemia de coronavírus, apresentamos um panorama geral sobre a situação atual e a expectativa para os mercados de milho, soja, leite e carne bovina.

O CONSUMO no mercado doméstico foi bastante prejudicado pela pandemia de coronavírus: as medidas adotadas de isolamento social, tais como o fechamento de bares, restaurantes, hotéis, entre outros estabelecimentos, afetaram a demanda por carnes e lácteos, que têm no *food service* uma importante via de escoamento.

A demanda menor por proteínas de origem animal tende a impactar a demanda por milho e farelo de soja pela produção primária, principalmente em aves e suínos. A produção sucroalcooleira, apesar de não ser o foco dessa análise, é outro setor bastante abalado pela redução de circulação da população.

MILHO: PREÇOS PERDEM SUSTENTAÇÃO

Após uma longa escalada, os preços do milho caíram em abril. Segundo um levantamento da Scot Consultoria, a referência por saca de 60 quilos recuou para R$ 53,00 na região de Campinas-SP, depois de atingir R$ 62,00 no início de abril. O mercado vinha firme desde meados do segundo semestre de 2019.

A pressão de baixa atual decorre das incertezas com relação à demanda, pois a baixa nas vendas de carnes poderá levar a ajustes na produção primária (aves e suínos, por exemplo) e, consequentemente, afetar a demanda pelo cereal. Outro fator é a queda na demanda por etanol, o que diminui a demanda das usinas por milho para a produção do biocombustível.

SHUTTERSTOCK



Além disso, as boas expectativas com relação à produção de milho da segunda safra 2019/20, por ora, colaboram com o cenário mais frouxo de preços no mercado brasileiro. No curto prazo, não se descartam diminuições nos preços. Como precisa do alimento concentrado para uso nas próximas semanas, o pecuarista deve ficar atento às oportunidades de compra.

Já no caso de quem necessita comprar milho para uso no segundo semestre, a sugestão é aguardar para negociar mais próximo do avanço da colheita da segunda safra. Como boa parte da safra 2019/20 já foi comercializada antecipadamente para entrega futura, os agricultores poderão assegurar bons preços de venda e resultados positivos para o cereal.

No curto e no médio prazos, os fatores de atenção e direcionamento dos preços no mercado interno são o comportamento do clima e a demanda interna, sendo esta última, diante das incertezas, um fator de pressão de baixa sobre os preços.

SOJA: COLHEITA NA RETA FINAL

Apesar de a colheita estar na reta final no País e da previsão de recorde na safra 2019/20, a demanda doméstica aquecida, o forte ritmo da exportação e, principalmente, a forte valorização do dólar puxaram para cima as cotações em reais.

Segundo um levantamento da Scot Consultoria, a soja atingiu R$ 101,00 por saca de 60 quilos em Paranaguá-PR, na primeira semana de abril, o maior valor nominal desde o início da nossa série histórica, em 2001.

A maior preocupação está na demanda interna, para esmagamento do grão e produção de óleo de soja. A pandemia de coronavírus poderá causar queda. Além do segmento de alimentação, a demanda por combustível ficou bastante prejudicada, o que inclui o biodiesel.

Do lado das exportações, a China segue, até então, comprando soja brasileira em grandes volumes, de modo a limitar as quedas de preços no mercado interno. Para o curto e o médio prazos, o câmbio, o consumo doméstico e as exportações deverão ditar o rumo dos preços da soja em grão no mercado interno.

A expectativa é de um mercado mais frouxo caso o câmbio recue, mas, por ora, não existe espaço para quedas mais fortes nos preços do grão em reais. A demanda para exportação deverá seguir firme pelo menos até junho, contrabalanceando um possível ajuste no consumo doméstico.

LEITE E DERIVADOS: QUEDA NA DEMANDA

A demanda por lácteos foi prejudicada em função do fechamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, tais como restaurantes, lanchonetes, bares e hotéis (*food service*). O segmento mais afetado foi o de queijos.

Diante disso, mesmo com a produção de matéria-prima (leite cru) em queda nas principais bacias leiteiras do País, o viés de alta observado até então no mercado de leite perdeu força.

Para o pagamento a ser realizado em abril e maio, apesar de a maior parte das indústrias estimar estabilidade de preços ao produtor, não se descartam recuos, em especial nas regiões produtoras de queijo no Centro-Sul. Em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, por exemplo, as cotações de leite já sofreram baixas no mercado *spot*, em função da maior oferta por parte dos queijeiros.

Para o produtor de leite, o momento é de atenção, pois, além da pressão sobre o faturamento, os custos de produção da atividade estão subindo, puxados pelos alimentos concentrados principalmente.

Por fim, a expectativa é de que o viés de baixa ganhe força e persista enquanto durar esse cenário de pandemia de COVID-19. Além das restrições de circulação da população com a quarentena e do fechamento dos estabelecimentos, a queda na renda da população, devido às demissões e às reduções nos salários em função da crise gerada, deve seguir impactando o consumo doméstico.

CARNE BOVINA: MERCADO PRESSIONADO PARA BAIXO

As vendas de carne bovina no mercado doméstico têm sido fortemente afetadas pela redução da movimentação com o isolamento da população em boa parte das regiões. Isso sem contar o fechamento de bares e restaurantes, como já mencionado. No médio prazo, as projeções de queda do Produto Interno Bruto (PIB) geram uma expectativa de queda no consumo doméstico.

Quanto às exportações, o acumulado recorde de carne bovina *in natura* no primeiro trimestre de 2020 deve prosseguir. O fato de a China estar aumentando a movimentação de pessoas e, consequentemente, retomando a economia traz expectativas positivas para os embarques, com a ajuda do patamar cambial atual.

Para o curto prazo, continua a tendência de mercado pressionado para baixo no boi gordo, uma vez que as programações de abate não estão apertadas, sem expectativa de retomada da demanda interna enquanto perdurar a pandemia. Além do consumo doméstico mais lento, existe a projeção de uma redução da qualidade das pastagens. Isso deverá aumentar as vendas de gado para abate e pressionar as cotações dos animais terminados. ■

1Zootecnista da Scot Consultoria
2Médico-veterinário da Scot Consultoria

BITENKA



PONTOS-CHAVE PARA A ESCOLHA DE UM ADSORVENTE DE MICOTOXINAS

LIDSON RAMOS NERY
Nutricionista de aves de corte da Agroceres Multimix

É de amplo conhecimento que os grãos são muito suscetíveis à contaminação por fungos e, consequentemente, micotoxinas. Assim, todas as medidas que venham a controlar o crescimento fúngico são de extrema importância para evitar perdas no desempenho dos animais de produção.

A partir do momento em que se percebe que o ingrediente ou a ração estão contaminados pelas micotoxinas, existem duas alternativas: fazer a descontaminação (destoxificação) ou utilizar os adsorventes de micotoxinas na ração.

Se a opção for a descontaminação da ração ou do ingrediente, deve-se seguir os critérios que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) determina para tal processo.

Considerando-se que o processo de descontaminação é bastante caro, uma opção mais barata é o uso de adsorventes: eles atuarão na molécula da micotoxina tornando-a indisponível para a absorção pelo organismo, minimizando os efeitos prejudiciais ao desempenho das aves.

A tomada de decisão de escolha do adsorvente deve levar em consideração os testes realizados *in vivo* e *in vitro*. Os últimos baseiam-se nas simulações das situações a que o adsorvente estará exposto no organismo da ave em diferentes valores de pH, enquanto os primeiros avaliam o efeito na *performance* das aves alojadas a campo. O adsorvente só pode ser registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) após os testes realizados *in vivo*, e o registro só é mantido após serem apresentados ao MAPA, anualmente, os laudos dos testes desse tipo.

Existem diversas opções de adsorventes de micotoxinas no mercado. As opções vão desde produtos à base de rochas vulcânicas até o uso de enzimas. Entretanto, mesmo entre os adsorventes de composição similar, existem diferenças muito grandes quanto à eficiência de adsorção das micotoxinas. Por isso, é necessário conhecer muito bem os produtos ofertados

CARACTERÍSTICAS DESEJADAS PARA UM ADSORVENTE DE MICOTOXINAS

- Apresentação de eficiência, mesmo em baixas inclusões e diferentes valores de pH;
- Adsorção seletiva para micotoxinas somente, não interagindo com outros ingredientes;
- Fluidez e estabilidade adequadas para o processamento e o armazenamento da ração;
- Grande superfície específica: quanto maior em superfície, mais eficaz é a adsorção das micotoxinas.

para evitar o gasto com um ingrediente ineficiente e as perdas no desempenho provocadas pelas micotoxinas.

Os aluminossilicatos e as argilas compõem a estrutura dos principais adsorventes considerados inorgânicos e são as opções disponíveis consideradas mais baratas. A grande maioria dos aluminossilicatos é efetiva com micotoxinas polares, como as aflatoxinas e as fumonisinas.

É nessa polaridade que se baseia o principal modo de ação dos adsorventes minerais, ou seja, a troca de cargas entre o agente sequestrante e a molécula da micotoxina. Essa capacidade de ligação entre o adsorvente e a molécula da micotoxina também é conhecida como capacidade de troca catiônica (CTC).

Em geral, o nível de inclusão do adsorvente dá-se em função da capacidade de ligação do adsorvente. Por um lado, quanto maior a capacidade de ligação, menor pode ser a inclusão desse adsorvente na ração. Por outro lado, adsorventes com alta capacidade de ligação podem complexar-se com alguns nutrientes, tornando-os indisponíveis para a ave.

Os adsorventes compostos por parede celular de levedura e glucanas esterificadas (glucomananas) são considerados adsorventes orgânicos e possuem uma considerável efetividade de adsorção de micotoxinas apolares, como a zearalenona. Podem existir diferenças consideráveis entre as cepas de levedura quanto à capacidade de adsorção, o que está fortemente correlacionado com o conteúdo de beta-D-glucano insolúvel presente.

No mercado, podemos encontrar adsorventes que possuem em sua composição a farinha micronizada de algas. Esse ingrediente possui alta área de superfície e alta CTC. É uma boa alternativa, embora o seu custo elevado possa inviabilizar o uso em algumas ocasiões.

Também estão disponíveis no mercado adsorventes de ação enzimática que atuam biotransformando as micotoxinas em moléculas atóxicas. Essas enzimas devem possuir a característica de não interagir com os demais ingredientes da ração e, ainda, devem ser resistentes a processos térmicos, como, por exemplo, a peletização.

Outro produto que tem sido utilizado é o carvão ativado. Com atuação na proteção da mucosa epitelial, possui propriedades de adsorção de toxinas fúngicas, melhorando a saúde intestinal.

Elementos com efeito protetor hepático inclusos no adsorvente também estão disponíveis. Embora tais elementos não apresentem efeito na inativação ou na adsorção de micotoxinas, o uso deles minimiza os efeitos deletérios ao fígado, uma vez que esse órgão é bastante afetado pela micotoxicose. Podemos exemplificar com diversas substâncias, como metionina, betaína e extratos vegetais. Entre estes, podemos citar a silimarina, que é extraída da planta cardo-mariano (*Silybum marianum*). Alguns produtos, como nucleotídeos, também possuem como característica serem protetores hepáticos, pelo efeito regenerativo celular. O ideal seria podermos conjugar o uso de um protetor hepático com um regenerador hepático.

A escolha do adsorvente de micotoxinas não deve ser interpretada como uma decisão simples, baseada apenas no preço ou no impacto por tonelada de ração. Deve-se conhecer a fundo a composição, avaliando, sobretudo, se o que está no produto estará em concentração funcional ideal na ração em virtude da inclusão do adsorvente.

O trabalho deve começar antes mesmo da inclusão do adsorvente nas rações, monitorando fornecedores, avaliando carga a carga a qualidade dos grãos, sempre em conformidade com os programas de controle de micotoxinas e padrões de recebimento previamente definidos.

Por outro lado, o trabalho continua após a definição e a compra do adsorvente, ao se avaliar o efeito deste a campo. Tal avaliação deve basear-se no desempenho das aves e nas lesões características das micotoxinas que podem ser observadas nas necrópsias realizadas pelos técnicos a campo.

Desta forma, citamos diversos pontos a serem observados, principalmente o conhecimento profundo da composição do adsorvente e, sobretudo, a análise de qual micotoxina deve ser controlada para o direcionamento da compra do adsorvente mais eficiente. ■

AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS

RENATO BURANELLO[1], HELDER REBOUÇAS[2]

A abertura ao capital estrangeiro no Brasil tem ocorrido em setores específicos, como telecomunicações, energia, aviação e de aeroportos. No contexto do agro, no que se refere à aquisição de terras por estrangeiros, o quadro é de incerteza jurídica.

EM QUE pese a complexidade do tema da aquisição de terras por estrangeiros, com envolvimento de aspectos de defesa nacional e de interesses estratégicos do País, há, explicitamente, um quadro de incerteza jurídica. Há um impedimento, inclusive, ao desenho de um modelo racional e equilibrado, combinando à exploração de terras novos investimentos produtivos e sustentabilidade. Daí a pertinência do debate sobre o aperfeiçoamento do regime jurídico específico.

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 190, estabelece a lei que regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física (PF) ou jurídica (PJ) estrangeira e que determinará os casos dependentes de autorização do Congresso Nacional. O assunto é regulado pela Lei nº 5.709/71, geradora de impasses interpretativos, a ponto de a Advocacia-Geral da União (AGU) já haver prolatado três pareceres. O terceiro parecer vinculante, de 2010, manifesta-se pela aplicação mais restritiva da Lei, vedando a aquisição ou o arrendamento de terras por estrangeiros, inclusive por PJs brasileiras com maioria de capital social estrangeiro.

ANÁLISES DE IMPACTO REGULATÓRIO

As Análises de Impacto Regulatório (AIR) mostram a assimetria da informação entre o mundo jurídico e o não jurídico, com tendência à irrealidade,



SHUTTERSTOCK

refletida não apenas nas normas, mas, mais ainda, nas concepções que o mundo jurídico constrói a partir delas. Isso remete a uma falha grave que pode colocar por terra programas constitucionais de desenvolvimento nacional.

É fundamental, sobretudo, ressaltar que a maior relação da produção nas cadeias globalizadas tende a aprimorar o modelo doméstico de funcionamento dos setores industriais, comerciais e tecnológicos, a partir de estímulos recíprocos, superação de gargalos e fluxos de informação. Ademais, os ganhos de produtividade previstos para os próximos anos não serão suficientes para acompanhar a demanda global de alimentos, fibras e bioenergia, sendo necessário, além do investimento em tecnologia, um aumento da área para produção. O Brasil, com isso, assume maior relevância na geopolítica mundial.

Assim, são levantadas questões pouco fundamentadas em relação à matéria. Alega-se, por exemplo, o fato de a aquisição de terras por estrangeiros, com aumento da produção, diminuir a fertilidade dos solos. Não é difícil aferir o manejo adequado da terra, capaz de inibir a sua degradação. Aponta-se, na mesma linha, a provável ameaça aos recursos hídricos, e importa reforçar que a exploração desses recursos está condicionada à outorga do poder público e à exigência de uso racional. A exportação de produtos subfaturados é outro risco geralmente elencado.

ABERTURA DE CAPITAL ESTRANGEIRO

Sabe-se, entretanto, que o mercado de *commodities* agrícolas tem preços cotados em bolsas internacionais, e a infração das regras de *transfer pricing* (transação entre empresas de um mesmo grupo que estão localizadas em países diferentes) impõe sérias sanções. Quanto à migração, como demanda mão de obra constante e, muitas vezes, intensiva, a atividade rural vinda pode beneficiar o País com fluxos internacionais de tecnologia empregada. Todos esses pontos podem ser objeto da citada AIR, que deve prospectar, ainda, os efeitos positivos nos preços das propriedades rurais e os mecanismos inibidores de comportamentos oportunistas e prejudiciais ao bom funcionamento do mercado de imóveis rurais.

Por fim, a abertura ao capital estrangeiro no Brasil tem ocorrido em setores como telecomunicações, energia, aviação e de aeroportos. Ademais, avança no Senado o Projeto de Lei (PL) nº 3.261/19, que atualiza o marco jurídico do saneamento, abrindo espaços para a privatização. Recentemente, no contexto agro, tivemos, ainda, a aprovação da Medida Provisória (MP) nº 897/19, que, entre outros pontos, permite a captação de recursos por meio da emissão de títulos de crédito e valores mobiliários com variação cambial, visando exatamente à entrada de capitais estrangeiros para financiamento das atividades que integram as cadeias agroindustriais. ■

PL Nº 2.963/19

Em face do exposto, formuladores de políticas públicas e tomadores de decisão no setor privado acompanham os principais pontos com atenção ao PL em trânsito no Senado Federal, a ser votado, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dessa casa. O PL:

- revoga a Lei nº 5.709 (objeto de pareceres da AGU), bem como o art. 23 da Lei nº 8.629/93 (que faz remissão àquela Lei ao dispor sobre reforma agrária);
- reafirma a função social da propriedade e veda a posse por tempo indeterminado;
- em determinadas hipóteses (compra por fundos soberanos, localização no bioma amazônico ou área de segurança nacional), as aquisições sujeitam-se à aprovação do Conselho de Defesa Nacional (CDN);
- com vistas a não prejudicar o sistema de crédito nas operações com instituições financeiras, ficam ressalvados das restrições do projeto os direitos de garantia;
- nos casos de aquisição de imóveis com áreas não superiores a 15 módulos fiscais, dispensa-se a autorização ou a licença prévia;
- impõe-se um limite de: um quarto da superfície do município para fins de aquisição ou arrendamento de terras por estrangeiros; e 10% do território municipal para fins de aquisição por estrangeiros de mesma nacionalidade;
- eleva ao Congresso Nacional a alçada para autorizar a aquisição de imóveis por estrangeiros além dos limites previstos no projeto;
- convalidam-se as aquisições de terras por PFs ou PJs brasileiras mesmo quando controladas direta ou indiretamente por estrangeiros, na vigência da Lei nº 5.709;
- prevê-se a nulidade dos negócios jurídicos praticados, na hipótese de violação das normas; e
- obriga os adquirentes a declararem informações fiscais relativas aos imóveis e da estrutura empresarial no exterior e no Brasil.

1Sócio do VBSO Advogados e coordenador acadêmico do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA)
2Consultor do Senado Federal

EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA PELA AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO

BRUNO PEROSA[1], CELSO MANZATTO[2], LUIZ EDUARDO VICENTE[2], ANDREA KOGA VICENTE[2], LUCIANA SPINELLI-ARAUJO[2], EDUARDO ASSAD[2], ANGELO GURGEL[3]

Este artigo apresenta uma proposta conceitual de sistema de monitoramento da adoção de um sistema de agricultura de baixa emissão de carbono que foi desenvolvida a partir de uma parceria entre a Plataforma ABC – do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – e o Observatório da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Observatório ABC) – da Fundação Getulio Vargas.

O BRASIL tem assumido um papel relevante nos acordos internacionais de enfrentamento das mudanças do clima. Na Conferência do Clima de Copenhague, em 2009, o País firmou um compromisso voluntário de reduzir as suas emissões de gases do efeito estufa (GEE), tendo o setor agropecuário um papel de destaque nesse compromisso. Na ocasião, o País propôs a adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono, objetivando reduzir de 133,9 milhões a 162,9 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente (t CO_2 eq.) entre 2010 e 2020, por meio do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). A contribuição da agricultura de baixa emissão de carbono (ABC) também foi considerada no compromisso mais recente assumido pelo País, no Acordo de Paris em 2015, visando à redução de emissões até 2025 e 2030.

O Plano ABC conta com recursos do crédito rural por meio do Programa ABC para incentivo à adoção das tecnologias ABC pelos agricultores, além de ações de fomento, treinamento e disseminação das práticas e das tecnologias ABC. Contudo, é preciso desenvolver ferramentas e instrumentos de monitoramento, de forma a contabilizar os esforços de mitigação dos agricultores, bem como operacionalizar as políticas de incentivo (como o Programa ABC). Ademais, o monitoramento das emissões de GEE na agropecuária brasileira é imprescindível para que o setor privado se interesse pelas diversas oportunidades de mitigação nesse setor.

Este artigo apresenta uma proposta conceitual de um sistema de monitoramento, relato e verificação (MRV) da ABC e do Plano ABC que foi desenvolvida a partir de uma parceria entre a Plataforma ABC – do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)* – e o Observatório da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Observatório ABC**) – da Fundação Getulio Vargas.

Para desenhar a presente proposta, foram consideradas as exigências de processos de monitoramento e as experiências internacionais com o tema, bem como os aspectos técnicos das principais práticas de ABC. Além disso, diversas ferramentas inovadoras vêm sendo desenvolvidas pela Embrapa para a coleta e a quantificação de emissões, tendo a Plataforma ABC um papel relevante na criação, na articulação e na disseminação dessas ferramentas.

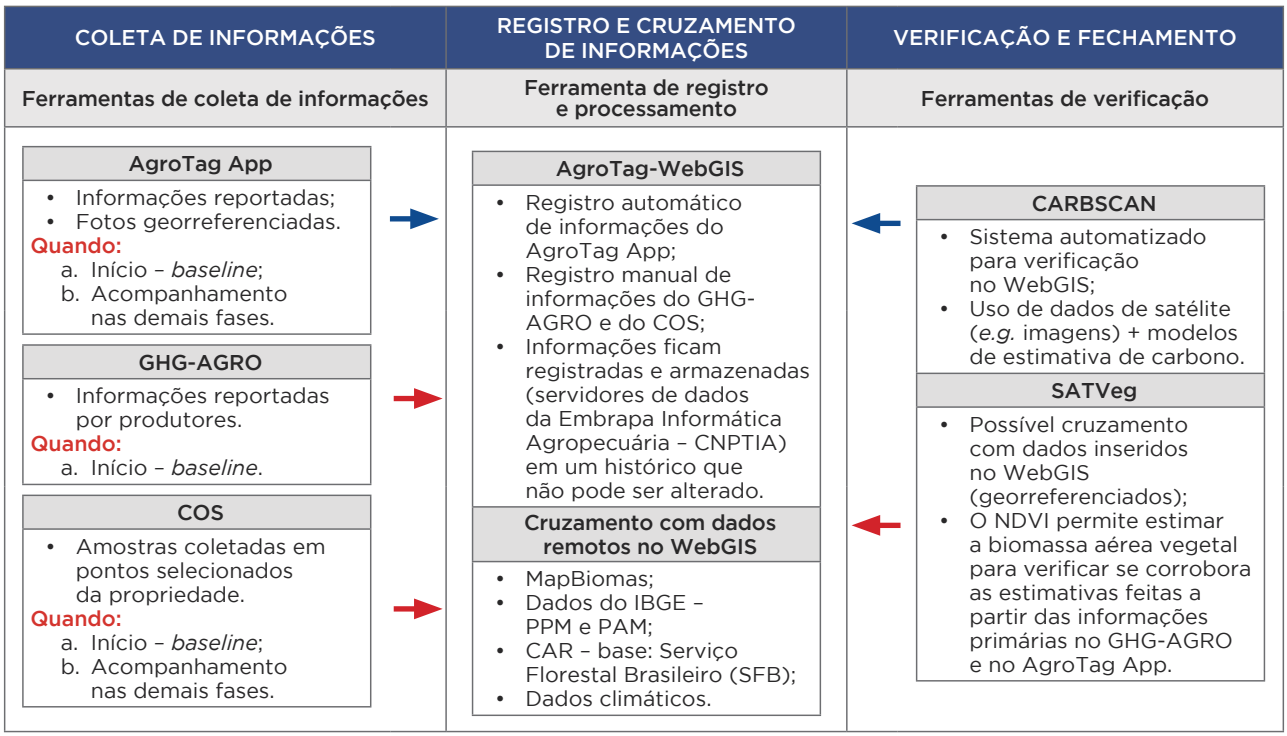
ETAPAS DO SISTEMA DE MRV

A proposta do sistema de MRV considera três etapas: (i) implementação e *baseline*; (ii) acompanhamento; e (iii) encerramento e cálculo. No diagrama, é possível observar a lista das diferentes ferramentas utilizadas no protocolo em cada uma das etapas e as conexões de dados e informações entre elas. As ferramentas utilizadas em cada uma dessas etapas podem ser descritas como:

(i) Implementação e *baseline* – uso das ferramentas GHG-AGRO e AgroTag e testes/amostras de carbono orgânico no solo (COS):

- GHG-AGRO: planilhas eletrônicas em que as informações sobre o sistema produtivo são inseridas, permitindo o cálculo do montante de carbono contido no solo. Essas informações são oriundas

ETAPAS DO PROTOCOLO DE MRV PARA ABC



dos agricultores ou de consultores adotando as práticas de ABC.

- AgroTag App: aplicativo de celular que coleta informações a campo, como fotos, informações da propriedade, entre outras reportadas pelos produtores. Todos os dados de entrada no *app* são georreferenciados e estão integrados ao AgroTag-WebGIS (sistema de informações geográficas disponível on-line***), que mantém registro de todas as informações.

- COS: os testes são realizados a partir da coleta de amostras locais, tendo sua localização registrada pelo AgroTag App.

Esses dados são enviados automaticamente para o sistema AgroTag-WebGIS, garantindo um registro preciso e inviolável (nenhum registro é apagado após a inserção), que permitirá o acompanhamento das atividades e o cálculo nas próximas etapas.

(ii) Acompanhamento – permite monitorar, por meio de sistemas locais e remotos, a aplicação e o desenvolvimento das práticas de ABC, possibilitando acompanhar a evolução do balanço das emissões e dos estoques de carbono. A coleta e o registro de informações durante essa fase devem ser adequados ao tipo de prática/técnica de ABC em andamento, bem como ao propósito do monitoramento. Tal acompanhamento permite avaliar se as etapas previstas no projeto foram desenvolvidas a contento.

As ferramentas mencionadas na primeira etapa (GHG-AGRO, AgroTag App e AgroTag-WebGIS) devem ser alimentadas com dados atualizados ao longo do processo de implementação das práticas e técnicas de ABC. Como exemplo, no caso de um sistema integrado de "iLP Santa Fé", coletam-se dados com o AgroTag App e/ou registram-se no GHG-AGRO algumas etapas do projeto que atestem a sua implementação (como o preparo do solo, a semeadura, o desenvolvimento ou a colheita da soja, a ceifa da braquiária, o plantio ou a colheita do milho, a introdução dos animais etc.).

Novos testes de COS podem ser considerados, permitindo avaliar a variação no seu referido estoque no solo ao longo do projeto. Ferramentas de monitoramento remoto também podem auxiliar no acompanhamento, como o uso do Sistema de Análise Temporal da Vegetação (SATVeg****), que permite acompanhar via Normalized Difference Vegetation Index (NDVI) se a variação dos valores dos índices de biomassa corrobora a implantação de uma determinada tecnologia ABC. Em termos práticos, uma pastagem reformada apresentará maior presença de matéria verde e, por conseguinte, biomassa, a qual é passível de ser estimada via sistema SATVeg.

(iii) Encerramento e cálculo – ao final do ciclo de produção do sistema agropecuário e da última coleta de informações, calculam-se as emissões mitigadas. Para tal, o GHG-AGRO estima o balanço de carbono a partir da *baseline* criada e das informações coletadas nas fases seguintes até o encerramento. A estimativa pode ser comparada aos resultados de amostras coletadas de COS ao final do ciclo, permitindo um cálculo de mitigação mais preciso. O Sistema de Coleta e Análise Multissensor para Estimativa de Carbono (CARBSCAN*****) permite o cálculo e a espacialização dos fatores de emissão *versus* dados de campo (AgroTag App) *versus* imagens de satélite por meio da sua calculadora de emissões, fornecendo uma visão ampla em escala municipal do balanço de emissões por tecnologia ABC.

A proposta de MRV aqui apresentada tem como principal função o monitoramento da adoção de um sistema de ABC. É flexível enquanto ambiente multifonte de dados, métodos e sistemas em grande parte já operacionais, podendo ser adaptado para diferentes fins e condições orçamentárias, como para uma certificação de terceira parte ou para o uso por agentes financeiros a fim de monitorar o crédito concedido. Outras modalidades de crédito privado, como investimentos "verdes", também requerem para sua implementação ferramentas de MRV que permitam a rastreabilidade das informações. Desta forma, a proposta aqui apresentada deve tanto contribuir para o monitoramento do Plano ABC e do Programa ABC, como pode impulsionar o mercado de finanças sustentáveis no País.

Por fim, a informação gerada pelo MRV também pode ser usada por produtores e cadeias do agronegócio para comunicar a sustentabilidade de sua produção. Esse tipo de comunicação contribui para a conquista de novos mercados e a obtenção de prêmios de preço para produtores, especialmente no mercado exterior. Indiretamente, as informações coletadas em um protocolo de verificação privado podem alimentar a base de cálculos da Plataforma ABC, responsável por articular uma rede colaborativa de monitoramento de práticas de redução de emissões na agropecuária brasileira. O trabalho da Plataforma ABC, alimentado pelas iniciativas privadas e financeiras de monitoramento, é de suma relevância para calcular a contribuição da agricultura brasileira para a mitigação nacional e aprimorar o inventário de emissões brasileiro. ■

*https://monitoramentoabc.cnpma.embrapa.br

**http://www.observatorioabc.com.br

***https://www.agrotag.cnptia.embrapa.br

****https://www.satveg.cnptia.embrapa.br/satveg/login.html

*****https://carbscan.cnpma.embrapa.br

1Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERIUFU) e pesquisador do Observatório ABC e da Plataforma ABC

2Pesquisadores da Plataforma ABC/Embrapa

3Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e coordenador do Observatório ABC

SHUTTERSTOCK



PARCERIA ENTRE EMPRESA E PESQUISA PÚBLICA

SOLON C. ARAUJO
Consultor da Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII)

JOSÉ ROBERTO PEREIRA DE CASTRO
Presidente da ANPII

O saber teria que dar os seus frutos na prática, (...) a ciência deveria ser aplicável à indústria e que os homens tinham o sagrado dever de se organizar para melhorar e para transformar as condições de vida.

Francis Bacon

TENDO O conhecimento acompanhado, desde os primórdios da civilização, a busca contínua por alimento, saúde e segurança, trouxe avanços constantes para a humanidade. De forma não sistematizada, pelos nossos atuais padrões, a arte do aprendizado incorporou-se como um ponto comum à vida cotidiana das comunidades.

Com a estruturação de governos e Estados, o direcionamento dos estudos e dos trabalhos científicos organizou-se e consolidou-se em normas integradas no arcabouço cultural da espécie humana.

Nos primórdios, as universidades tinham por função treinar e espalhar novos profissionais, constituindo-se em "centros de saber", as famosas "torres de marfim". Embora potencializassem as descobertas e as invenções, elas tinham uma baixa interação com a sociedade. Apesar de ter sido um fator de progresso, esse modelo passou por mudanças a partir de meados do século XIX e, com mais força, no século XX.

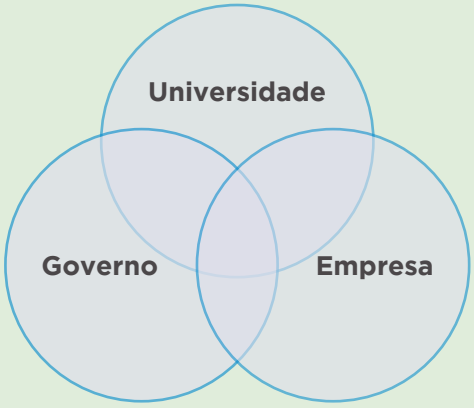
No final da Segunda Guerra Mundial, a pedido do então presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, o engenheiro Vannevar Bush publicou o relatório "Science, the Endless Frontier", com o objetivo de discutir de forma sólida os papéis do governo, da Academia e da indústria na relação complexa entre Ciência pura e Ciência aplicada.

O caminho apontado por esse estudo foi promover uma sinergia direcionadora do governo com o estoque de conhecimentos



SHUTTERSTOCK

MODELO TRÍPLICE HÉLICE



Fonte: adaptado de Dos Santos (2009)

existente nos institutos de pesquisa e ensino. Essa ação articulada serviria de base para a indústria desenvolver tecnologia.

Mais adiante, em 1968, os argentinos Jorge Sábato e Natalio Botana apresentaram um modelo de interação que ficou conhecido como triângulo de Sábato, que se estabelecida entre governo, universidade e empresa. Nessa mesma linha, na década de 1990, Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff, pesquisadores da Universidade de Edimburgo (Reino Unido) e da Universidade de Amsterdã (Holanda) respectivamente, desenvolveram a chamada tríplice hélice, em que a inovação é dinâmica e sustentável a partir de três atores sociais: a universidade, a iniciativa privada e o poder público.

CHEGADA DA ERA DO CONHECIMENTO

No final do século XX e no início do século XXI, com a entrada da chamada Era do Conhecimento, as fronteiras entre Ciência pura e Ciência aplicada tornaram-se cada vez mais tênues e difusas. As mentes e as portas de muitas universidades ficaram mais abertas.

Apesar de toda a evolução no relacionamento entre governo, Academia e empresas, ainda há muito caminho a ser percorrido até chegarmos a uma fluidez natural, sem grande dispêndio de energia dos negociadores das três partes. A formação de uma cultura de cooperação, trabalho conjunto e negociação quase automática ainda está em desenvolvimento. Gradativamente, veremos cada vez mais exemplos de universidades e pesquisadores mais sensíveis às necessidades técnico-científicas. As empresas e os empresários compreenderão melhor o ritmo da Academia e a cultura das entidades oficiais que atuam na área da pesquisa.

Nesse ambiente de cooperação, a agropecuária foi um dos setores mais beneficiados, com um salto de produtividade reconhecido de sucesso mundial. Isso se deve, em grande parte, à geração e à transformação dos conhecimentos científicos em tecnologias logo internalizadas pelo agricultor.

HISTÓRIA E RESULTADO DOS INOCULANTES

A Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), objeto da produção, do processamento e da comercialização da indústria de inoculantes, foi um caso de interação nascido entre a indústria e a Academia antes da formalização de normas de interação. Fundada em 1956, na cidade de Pelotas-RS, a primeira fábrica no Brasil foi o Laboratório Leivas Leite. O empreendimento contava com a assistência do professor J. R. Jardim Freire, da Secretaria de Agricultura do estado e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mediante um acordo altamente informal.

Na década de 1970, essas instituições mais o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT) – este como uma espécie de *spin-off* – trouxeram mais aportes para a tecnologia de produção e o uso de inoculantes na agricultura brasileira. A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) trouxe ainda mais permeabilidade para o relacionamento com o setor produtivo, havendo a incorporação contínua, até hoje, de novos conhecimentos na aplicação de nitrogênio por via biológica.

Mais recentemente, além das leguminosas, o uso de bactérias em gramíneas como promotoras de crescimento e fixadoras de nitrogênio tornou-se uma prática comum na agricultura brasileira, com aproveitamento dos conhecimentos prestados pela cientista Johanna Döbereiner.

A ANPII busca inovar na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Para diminuir os custos e o tempo na geração de novos produtos, a entidade realiza parcerias tecnológicas estratégicas entre as empresas associadas e universidades.

Os departamentos das empresas associadas unem-se na fase pré-competitiva, com um acordo único da ANPII com as universidades. Os resultados obtidos são usufruídos pelos participantes, que passam a produzir e competir individualmente no mercado com seus inoculantes. A propósito, temos em curso dois projetos modelados dessa forma, um com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e outro com a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP).

Firmemente, a ANPII acredita no uso de produtos biológicos na agricultura. Trata-se de uma tendência mundial irreversível. Como serão cada vez mais considerados como tecnologia de ponta, esses produtos necessitam da ampliação dos conhecimentos básicos gerados pela Academia e desenvolvidos em tecnologias utilizadas nas lavouras. ■



NIELS ANDREAS

GLOBALIZAÇÃO NO USO DO ETANOL

O momento é altamente propício para a retomada do debate sobre o uso do etanol no mundo, motivado principalmente por alguns dos principais desafios deste século: a redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE), a qualidade do ar nas grandes metrópoles e a necessidade de diversificação das atividades rurais.

ÁSIA: TOMADA DE UM NOVO RUMO





EDUARDO LUIS LEÃO DE SOUSA
DIRETOR EXECUTIVO DA UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR (UNICA)

JULIA TAUSZIG
COORDENADORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA UNICA E DO PROJETO APEX

A estratégia adotada pela UNICA tem sido difundir, em diversos países, o conceito de "gasolina verde" (ou *green petrol*), que é a adoção de uma gasolina com elevados teores de mistura com etanol. Essa será uma solução de fácil implementação e economicamente viável para endereçar aos desafios ambientais e econômicos.

O setor de transportes é apontado como um dos grandes vilões da poluição local e das emissões globais. As estimativas apontam que a atual frota de veículos deverá dobrar de tamanho nos próximos vinte anos. Isso só irá agravar esse quadro. O etanol é capaz de evitar mais de 90% das emissões de gases do efeito estufa (GEE) devidas à gasolina, bem como de reduzir significativamente poluentes como material particulado (MP) e óxido de nitrogênio (NO_x).

Nesse sentido, a UNICA, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e com apoio do governo brasileiro, vem desenvolvendo um intenso trabalho junto a diversos países e, mais recentemente, com grande ênfase no continente asiático. É nessa região que se observa um crescimento da demanda por energia e transporte, além de haver uma grande necessidade de mitigar emissões e poluição em suas metrópoles.

De fato, a China sozinha é responsável por 30% das emissões de CO_2 do mundo, e, se considerarmos apenas a Índia e a China, ambas abrigam quarenta das cinquenta cidades mais poluídas do Planeta. Além disso, somente três países asiáticos relevantes – China, Índia e Tailândia – possuem uma perspectiva de consumo adicional de etanol de mais de 20

bilhões de litros nos próximos cinco anos, o que representa quase 60% de todo o consumo atual brasileiro.

Em 2020, a UNICA já teve uma agenda intensa na região. Na Índia, a entidade acompanhou a missão presidencial brasileira no final de janeiro e a montagem de um *stand* no salão do automóvel de Nova Déli, ocasião em que lançamos a campanha #BringBackMyBlueSky. Além disso, organizou um *road show* para a promoção do etanol na Índia, no Paquistão e na Tailândia, realizado em parceria com as associações de produtores locais, durante o qual levou renomados especialistas brasileiros para debater temas como políticas públicas para o etanol, integração com petróleo, emissões, tecnologias, qualidade do ar e impacto sobre a saúde.

Some-se, ainda, a esse potencial para o etanol o mercado asiático de açúcar. Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras de açúcar para a Ásia passaram de 18% para 36%. A sua relevância para o nosso mercado dobrou.

Enquanto o consumo mundial expande a uma taxa média de 0,7% ao ano, os países asiáticos têm crescido a uma taxa três vezes maior, da ordem de 2,0%. A China cresce a uma taxa anual de 2,3% e a Indonésia, mais de 3,0%. Esses dois países são, atualmente, os maiores importadores de açúcar do mundo, representando 15% das importações globais. A Índia cresce a uma taxa de 1,6% ao ano. Além disso, só para se ter uma ideia, a China, que abriga quase 20% da população mundial, apresenta um consumo *per capita* de 10 quilos por ano, cerca de 40% do consumo médio anual. Não há dúvidas de que o Oriente é o rumo que o setor sucroenergético deve tomar nos próximos anos.

ETANOL: A CRISE E O LONGO PRAZO

ANTONIO DE PADUA RODRIGUES
DIRETOR TÉCNICO DA UNICA

LUCIANO RODRIGUES
GERENTE DE ECONOMIA E ANÁLISE SETORIAL DA UNICA

MARIANA Z. DE LUCCA
ESPECIALISTA EM ANÁLISE DE MERCADO DA UNICA

JOSÉ GUILHERME DE O. BELON
ANALISTA ECONÔMICO DA UNICA



Os números do setor sucroenergético, até poucos meses atrás, sugeriam o início da retomada da indústria após uma crise histórica. Apesar da restrição financeira e das margens reduzidas, os esforços dos produtores para ampliar a eficiência e reduzir os custos foram evidentes.

Em 2019, por exemplo, a renovação e o plantio do canavial cresceram 15% sobre o ano anterior. A lavoura ficou mais jovem: a sua idade média caiu de 3,7 anos, no ciclo 2019/20, para 3,5 anos, na temporada atual. Ainda com valores aquém dos ideais e de forma heterogênea entre as empresas, os números retratavam a expectativa de um melhor cenário pelos produtores.

De fato, até o final de fevereiro, as condições agrícolas e de mercado indicavam uma safra com maior produtividade, preços atrativos ao etanol e, especialmente, aquecimento da demanda pelo açúcar brasileiro frente ao déficit mundial da produção. Esse cenário foi drasticamente alterado. A perspectiva promissora deu lugar à preocupação sobre a manutenção das atividades pelas usinas.

Para o setor sucroenergético, os efeitos da desaceleração econômica causada pela pandemia de coronavírus, como a queda no consumo de combustíveis, foram intensificados pela disputa entre países produtores de petróleo. O desarranjo gerado ficou evidente quando nos deparamos, pela primeira vez na história, com cotações negativas no fechamento do contrato futuro do combustível fóssil.

Em cerca de um mês, os preços do etanol caíram mais de 35% e a receita com a exportação de açúcar, a despeito da desvalorização da moeda nacional, diminuiu em 20% nas usinas que não puderam fazer *hedge* antes da crise. Trata-se de uma situação excepcional, com a exigência de medidas emergenciais, como: (i) suporte financeiro para o armazenamento do produto sem encontrar demanda neste momento; e (ii) ajustes tributários para restabelecer a competitividade do etanol hidratado.

A dramaticidade da condição atual, felizmente, não tem impactado o avanço da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). A sua regulamentação foi praticamente concluída

em 2019. A certificação e a obtenção da nota de eficiência energético-ambiental, tida por muitos como a etapa mais complexa do programa, estão em plena operação. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 122 produtores foram certificados até o momento e outros 108 estão em fase final de homologação. Juntos, esses agentes respondem por 80% da oferta de etanol e 65% da produção de biodiesel do País.

Os índices auditados revelam que, em média, para cada 850 litros de etanol consumidos, 1 tonelada de carbono equivalente deixa de ser emitida. Esse número variou de 635 a 1.815 litros entre os produtores de etanol de cana, evidenciando aqueles mais eficientes quanto à redução das emissões.

Com o sistema de conferência e validação de notas fiscais para a geração dos créditos de descarbonização (CBios) também em operação, o registro e a comercialização desses títulos serão possíveis, de acordo com a programação das empresas e das entidades do setor financeiro que trabalham na plataforma em que essas operações serão realizadas.

Em pleno funcionamento, o RenovaBio deve oferecer uma diretriz clara sobre o papel dos biocombustíveis na matriz nacional, com previsibilidade para nortear investimentos, maior competição entre os biocombustíveis e reconhecimento dos benefícios ambientais e de saúde pública promovidos pelos renováveis.

Em verdade, não se trata de uma receita adicional ao produtor. Esse é um efeito secundário neste momento, mas, com uma estrutura moderna, introduz uma nova dinâmica no mercado de combustíveis, capaz de equacionar as variáveis econômicas e ambientais no campo energético.

É claro que pequenos ajustes e adaptações deverão ocorrer ao longo do percurso. Porém, a consolidação do programa é fundamental para o futuro dos biocombustíveis como solução efetiva de descarbonização e vantagem social e econômica ao País.

ADEU FESSEL



AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



RENATA CAMARGO
ASSESSORA JURÍDICA E DE SUSTENTABILIDADE DA UNICA

Em setembro de 2015, os líderes de governo e de Estado de 193 países uniram-se para construir e dar vida à chamada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma espécie de declaração global com o comprometimento de atingimento dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (17 ODS), com 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos.

Ao reconhecer o papel fundamental de cada um para a promoção do desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 destacou a importância das contribuições de cada um dos setores da economia para a superação das metas definidas.



Nesse contexto de superação de desafios, o setor sucroenergético tem se destacado pelas suas contribuições diretas e indiretas para que os 17 ODS sejam alcançados, com especial destaque para os que se seguem:



Com o modelo de produção de rotação de culturas, as áreas de cultivo de cana-de-açúcar também são utilizadas para a produção intercalada de soja, amendoim, milho e leguminosas, aumentando não apenas a produção de alimentos, como também contribuindo para o manejo sustentável do solo por meio da adubação verde. A técnica de fertirrigação com vinhaça também merece ser destacada como medida para o aumento da produtividade de forma sustentável, pois garante o aproveitamento agronômico do potássio existente na vinhaça, bem como a incorporação de técnicas de reuso de água residuária para irrigação.



A bioeletricidade gerada a partir de cana-de-açúcar representou, em 2018, 7,5% do consumo nacional de energia elétrica no Brasil. Esse total representa o consumo anual da Irlanda e da Lituânia juntas. Foram 7,3 milhões de toneladas de CO_2 equivalentes evitados por meio da geração de bioeletricidade.



Como resposta ao processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar, o setor investiu em programas de treinamento e requalificação de trabalhadores e suas comunidades, permitido que aqueles que trabalhavam no corte manual de cana-de-açúcar passassem a ocupar novos cargos na cadeia produtiva, com melhores salários e oportunidades de crescimento profissional. Foram mais de 400 mil beneficiados pelo Programa RenovAção e pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).



A eliminação da queima demandou mais de R$ 4 bilhões em investimentos em infraestrutura e tecnologia, resultando em um uso mais eficiente dos recursos naturais. Sem a necessidade de lavagem da cana-de-açúcar, o consumo de água pelo setor caiu de 5 metros cúbicos por tonelada (m^3/t), na

década de 1990, para 0,8 m^3/t, em 2018/19. Foram mais de 200 mil hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) recuperados e mais 8 mil nascentes protegidas.



O uso do etanol combustível garantiu a melhoria da qualidade do ar no Brasil. Nos últimos dezesseis anos, foram mais de 535 milhões de toneladas de CO_2 que deixaram de ser emitidos em função do uso desse biocombustível renovável.

Produzir alimentos e energia limpa e renovável para o Brasil e o mundo é o compromisso do setor sucroenergético brasileiro. Podemos afirmar com toda segurança que estamos entre os setores que mais contribuem com a implementação da Agenda 2030 e com os 17 ODS. E, para contribuir ainda mais com essa Agenda, a UNICA aderiu à Rede Brasileira do Pacto Global das Nações Unidas em 2020, passando a integrar uma comunidade com mais de 13 mil membros, em 160 países, atuando para o desenvolvimento sustentável.

BIOELETRICIDADE: A POSTOS PARA A RETOMADA



ZILMAR JOSÉ DE SOUZA
GERENTE DE BIOELETRICIDADE DA UNICA

Recentemente, foi divulgada a 1ª Revisão Quadrimestral das Projeções da demanda de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) para o período 2020-2024, elaborada em conjunto pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), já computando certo impacto – ainda que inicial – da pandemia de COVID-19 sobre a estimativa do consumo nacional de energia elétrica até 2024.

Embora ainda haja bastante incerteza com relação à profundidade e à duração que os efeitos da pandemia terão na economia, as áreas de planejamento do setor elétrico parecem esperar que o consumo de energia elétrica tenha uma evolução semelhante a uma curva em V, com uma rápida mas curta contração, voltando a haver um crescimento no consumo de energia elétrica já no segundo semestre de 2020.

Antes da 1ª Revisão Quadrimestral, a carga de energia (soma do consumo de energia e das perdas na rede) prevista para 2020 era um crescimento de 4% em relação a 2019. Agora, com a Revisão, a previsão é de uma redução de 1% na carga de energia em 2020 comparativamente a 2019. Ainda assim, mesmo com essa 1ª Revisão, a EPE, o ONS e a CCEE esperam um crescimento de 4% a.a. da carga de energia entre 2021 e 2024, indicando essa expectativa de uma curva em V para o consumo de energia elétrica, na confiança de que o formato da "curva econômica", no médio prazo, não seja em U ou L (com uma recuperação mais lenta) ou mesmo em W (o que poderia ensejar uma nova onda da pandemia no futuro).

Nessa linha, a EPE, o ONS e a CCEE estimam que a carga de energia cresça anualmente em 2.716 MW médios entre 2021 e 2024, o que é equivalente à necessidade de acrescentar uma nova usina Itaipu a cada três anos ao sistema. Mesmo que boa parte da demanda por energia elétrica esteja contratada até 2024, a recuperação econômica sustentada, certamente, motivará necessidades de contratação de forma mais representativa ao longo do tempo. É um requisito estrutural do setor elétrico quando se observa mais a longo prazo.

Por outro lado, atualmente, aproveitamos apenas 15% do potencial técnico de geração de energia elétrica para a rede a partir dos resíduos do setor sucroenergético – a bioeletricidade. Se houvesse o aproveitamento pleno da biomassa presente nos canaviais, a bioeletricidade teria o potencial técnico de chegar a quase 17 mil MW médios ou 6,5 vezes o volume ofertado para a rede em 2019, o que representaria atender mais de 30% do consumo de energia no SIN e um volume de energia superior à produção anual de duas usinas do porte da de Itaipu, em termos de garantia física.

Fundamentalmente, o setor elétrico brasileiro precisará continuar o aproveitamento do potencial das diversas fontes de geração para cumprir a tarefa hercúlea de agregar uma Itaipu a cada três anos ao sistema, preferencialmente com geração renovável e sustentável. E a bioeletricidade sucroenergética está a postos para contribuir (ainda mais do que já contribui) para o desenvolvimento econômico sustentável da economia e da matriz elétrica brasileira. ■


SHUTTERSTOCK

OS EFEITOS DO CORONAVÍRUS NO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

ABERTURA



JACYR DA SILVA COSTA FILHO

Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp) e membro do Comitê Executivo do Grupo Tereos

Essa reunião foi realizada por videoconferência, numa situação com contornos evidentes de ser a maior crise vivida pelo mundo na sua história recente. Com liderança e gestão competentes, conseguiremos assegurar aos brasileiros o abastecimento adequado de alimentos e energia. Poderemos garantir isso aos cidadãos espalhados entre os milhares de municípios nesse imenso território, as pinceladas necessárias de segurança e tranquilidade nesse triste quadro repleto de receios e tantas incertezas.

Todas as instituições que têm conselheiros no Cosag fizeram questão de manifestar de forma positiva a realização desse encontro. Recebemos mensagens elogiosas e gratificantes. A composição do Cosag é feita de cidadãos comprometidos com a tarefa de gerar abastecimento e desenvolvimento para o nosso Brasil.

Sobre o tema em pauta nesse encontro, realizado em 6 de abril último, na sede da Fiesp, apresentamos, a seguir, duas apresentações e os comentários finais.



TEREZA CRISTINA

Ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Vivemos um momento com necessidade de estar unidos, com diálogo e entendimento. Teremos de superar uma situação difícil não só para o Brasil, mas para o mundo. O pós-coronavírus trará mudanças significativas, com uma grande oportunidade aberta no agronegócio. Como se sabe, nas crises, achamos as soluções.

Contamos com cabeças e pensadores da melhor qualidade nesse Cosag. Formulamos e tomamos medidas emergenciais. Agora, agiremos de maneira pontual para manter em continuidade o abastecimento. Entramos numa fase um pouco diferente, com enfretamento de *stress* social.

Com muito cuidado e profissionalismo, a maioria da agroindústria brasileira saberá conduzir os protocolos, tendo o devido zelo nos relacionamentos com pessoas e funcionários, sem deixar de cumprir essa missão importante de abastecer a população. Devemos louvar e agradecer os profissionais da saúde no atendimento aos doentes, muitas vezes sem as condições adequadas para trabalhar.

Queremos agradecer a todos os colaboradores por manter, sem parar, esses dois serviços essenciais de produzir e distribuir alimentos para a população. O MAPA está disponível e aberto para receber sugestões. Não somos donos da verdade. Ninguém sabe mais do que ninguém. Muitas providências poderiam estar paradas se não fosse a colaboração frequente dos participantes desse evento.

Quando, em janeiro, começamos a tomar conhecimento do tamanho do problema enfrentado pela China, sabíamos da sua inevitável chegada ao Brasil, cedo ou tarde. Acompanhamos a Itália, a Espanha, a Alemanha e outros países na Europa. Foram incluídos os Estados Unidos (EUA) e as demais nações do mundo. De imediato, no MAPA, montamos um grupo para acompanhar os problemas que viriam para cá.

A partir daí, tomamos algumas ações rápidas para o abastecimento não sofrer interrupção. Divulgamos a Medida Provisória (MP) dos serviços essenciais. Começamos a assistir a várias iniciativas de governos estaduais e municipais para ficar em consonância com o governo federal.

Com o estado de decreto de calamidade pública do presidente, as coisas amainaram-se, e começamos a receber respostas positivas. Tivemos de atuar de forma pontual em alguns municípios onde as prefeituras não compreendiam os acontecimentos e seus impactos sobre a sociedade.

QUEDA NA DEMANDA INTERNA DE ETANOL

Defrontamo-nos com o problema da queda na demanda interna de etanol devido ao isolamento da população por causa da pandemia e à crise advinda do conflito entre a Arábia Saudita e a Rússia e da consequente derrubada nos preços do petróleo. O assunto está sendo tratado com prioridade no Comitê de Crise, com a participação de vários ministros. Há um entendimento muito amplo sobre a importância do setor sucroenergético brasileiro, não só para o emprego, mas na sua estratégia de globalização.

Em breve, teremos a decisão de como o Governo fará para diminuir as dificuldades enfrentadas nesse começo de colheita de cana. Essa planta, diferentemente da soja – que pode ser colhida e estocada –, precisa ser processada em até 48 horas para produzir açúcar e etanol. O remédio deverá chegar a tempo de curar, e não depois da morte do paciente. Essa é a briga agora, no bom sentido. Se não for boa, troquemos a decisão.

No Ministério Público do Trabalho (MPT), encontramos algumas dificuldades, como a norma para os frigoríficos manterem seus funcionários em distância de 1,80 metro. Em minoria, existem regras difíceis de serem cumpridas. Essa é uma delas. Como afeta o abastecimento do mercado interno e das exportações, devemos debatê-la. Na soja e no milho, o problema difere, pois a alta do dólar favorece o embarque das *commodities*, mas, em contrapartida, encarece os insumos. Então, analisamos cada cadeia produtiva para atuar de maneira correta.

Não temos dúvida de que sofremos prejuízos em algumas áreas, mas a agropecuária não está sendo tão afetada quanto o comércio, o turismo e os eventos. Enfrentamos perdas com produtos perecíveis como flores, frutas, legumes e verduras, com necessidade de apoio. O mercado de *food service*, da alimentação fora do lar, segue em operação, mas aquém da


SHUTTERSTOCK

demanda anterior. Conversamos diariamente para que as associações de classe e as cooperativas nos passem informações.

Trabalhamos para postergar as dívidas dos agricultores e antecipar o lançamento do Plano Safra 2020/2021. Uma retirada de recursos do crédito rural agora impactará mais para frente. Pensamos nisso ao arquitetar as estratégias pós-coronavírus. Há muita reclamação quanto à falta de liquidez e à necessidade de capital de giro diante do fato de que a desvalorização do dólar estimulou a venda antecipada de produtos.

PRECISAMOS DAS CONTRIBUIÇÕES DO COSAG

As medidas feitas pelo Banco Central surtiram pouco efeito. Há receio da parte dos bancos em tomar risco. Como os empréstimos são ofertados para os detentores de capitais, não está crescendo a fatia para as médias empresas. No nosso radar, conversamos sobre esse assunto, em especial em relação à área das agroindústrias.

Com os países vizinhos, fizemos reuniões para harmonizar as ações de ir e vir das cargas. Na parte internacional, não paramos nem 1 minuto. Acabamos de receber boas notícias quanto à abertura de novos mercados no Egito, no Marrocos e em Singapura, entre outros. A balança comercial segue positiva com a China, apesar de ter piorado com alguns outros países.

Tomamos várias ações para diminuir a burocracia. Um dos grandes legados pós-coronavírus será a quebra de superposição de regras. Teremos um ganho com as medidas agora tomadas. Gostaríamos de receber *feedback* para olharmos e examinarmos em que ponto podemos simplificar regras. Queremos melhorar sem a precarização do ambiente de negócios, principalmente na área de sanidade. Devemos retirar, flexibilizar e melhorar as normas excessivas e superlativas, sem retroceder após essa fase difícil.

Estudamos vários cenários sobre o futuro do mundo pós-coronavírus. Como diz Roberto Rodrigues, a agricultura traz paz ao abastecer. Imaginemos se não tivéssemos produção própria dado esse fluxo de produtos demandados para distribuir e abastecer. O primeiro setor a dispor o álcool em gel que falta foi o sucroalcooleiro. Fomos à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para quebrar a distribuição do álcool 70% para a área da saúde e, também, fazer o álcool em gel em quantidade.

Quando mostra a capacidade de produzir e abastecer a população, a agricultura tranquiliza o País. Essa lição tem sido cumprida nos últimos tempos com maestria. Conseguimos uma produção suficiente para alimentar a população e manter os contratos de comércio com as nações parceiras.

Ficamos com a seguinte pergunta: como o País pode melhorar mais a produção e continuar como um grande supridor de produtos da agropecuária para o mundo? Esse grande desafio cabe ao plantio do que podemos produzir mais ou menos na próxima safra 2020/21.

Pedimos a contribuição das lideranças presentes no Cosag para nos ajudar a pensar e escrever um plano pós-guerra contra esse vírus invisível que levará a economia mundial a problemas muito sérios. Trata-se de como poderemos diminuir as dificuldades com a utilização do agro não só para nos ajudar, no emprego e no abastecimento, aqui dentro, mas também o mundo com necessidade de alimentos lá fora.



MARCOS JANK
Conselheiro do Cosag e professor do Insper

Traçaremos uma visão sobre a conjuntura internacional para chegar aos acontecimentos depois do coronavírus. Daremos uma olhada nas lições aprendidas do passado, a partir de duas grandes crises bastante relacionadas com a atual.

A primeira dessas crises deu-se na Grande Depressão nos EUA, entre 1929 e 1933, com parada geral e queda na oferta e na demanda dos mercados. Tivemos a famosa Black Thursday, em 24 outubro de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York. Em 1930, a chamada Smoot-Hawley Tariff provocou um aumento unilateral das tarifas de importação. Já a expansão agrícola com a mecanização da agricultura, na década de 1920, gerou um excesso de produção, uma queda de preços e renda e falência de produtores. No mundo, isso causou uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) e do comércio mundial, com corte do crédito. Vieram as chamadas políticas intervencionistas, com os programas para reativar a economia, do tipo New Deal. Enquanto isso, a extrema direita assumia o poder na Europa.

A segunda deu-se em 2007-2008 e 2010-2011, com o aumento dos preços do petróleo e das *commodities* e pressão de demanda em países pobres devido a estoques baixos, resultando em

quebra de safras e alta dos preços agrícolas. Esse ambiente trouxe revoltas, tumultos e racionamentos nos países em desenvolvimento. Em 2011, o descontentamento social em países importadores gerou a Primavera Árabe e afetou as populações pobres em países ricos.

Ao imporem restrições às exportações para formar estoques que garantissem o abastecimento, os países em desenvolvimento reduzem a oferta global. Essa crise demonstrou o risco do protecionismo para a segurança alimentar global.

GANHADORES E PERDEDORES

Nos impactos gerais sobre o agronegócio, temos o fato de a alimentação ser menos vulnerável ao *lockdown* por ser um setor "essencial". Com duplo choque, a crise afeta tanto a oferta de produtos agropecuários, como a sua demanda. Apesar de ajudar os exportadores, a desvalorização cambial traz graves problemas de crédito e liquidez. No curto prazo, isso causa uma redistribuição de renda, gerando ganhadores e perdedores.

Com relação aos mercados, a demanda pode ter um efeito limitado no consumo total, mas, nos alimentos básicos, pode ser inelástica para preços e elástica para renda em países mais pobres. Os padrões de consumo também podem mudar em função de: (i) restrições localizadas e preços relativos; e (ii) substituição de produtos de maior valor agregado por básicos.

Do lado da oferta, ao contrário do que houve na crise de 2007-2008, os estoques mundiais estão altos neste momento, enquanto algumas atividades agrícolas intensivas em mão de obra podem ser afetadas devido às restrições a aglomerações e migrações.

Do lado dos ganhadores, aparecem os produtos (grãos, oleaginosas, carnes, suco de laranja, café, lácteos, alimentos *ready to cook* e *ready to eat*) e os canais de distribuição (mercados, supermercados, açougues, padarias, *delivery* e comércio digital). Entre os perdedores, há aqueles nos produtos (etanol, flores, algodão e hortifrúti) e aqueles nos canais de distribuição (bares, restaurantes, *fast food*, hotéis e serviços de alimentação).



SHUTTERSTOCK

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

A crise distribui a renda de forma cruel. Pela demanda, não deve haver grandes mudanças, pelo menos a curto prazo. Alguns produtos sofrem mais do que os produtos básicos, mesmo tendo maior valor agregado. Na parte da oferta, estamos melhores do que em 2007-2008, com os estoques mundiais mais altos.

Essa pandemia chegou primeiro à China, à Europa e aos EUA e, depois, ao Oriente Médio, à América Latina, à África e ao restante da Ásia. Precisamos estar atentos quando o surto estiver nos países em desenvolvimento. No momento, 90% das crianças matriculadas no mundo (933 milhões) estão com aulas suspensas, com grande potencial de elas estarem sem merenda escolar (acima de 200 milhões). Nessa situação, cresce o risco de a pandemia passar de uma crise de saúde para uma de segurança alimentar.

Diante desse quadro de recessão econômica, rupturas nas cadeias de suprimento e restrições ao comércio internacional poderão causar desabastecimento, volatilidade de preços, pânico e instabilidade social. Crescerá a vulnerabilidade nos países em desenvolvimento africanos e asiáticos. As pandemias anteriores (SARS, MERS e gripe aviária) geraram aumentos nos preços de alimentos. Dificuldades ocorrerão nas cadeias de suprimento transfronteiriças, com imensas dificuldades para operacionalizar o *lockdown*. E tudo isso terá um forte impacto sobre pequenos e médios agricultores.

RESTRIÇÕES AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Assistimos ao renascimento da geopolítica com o acordo dos EUA e da China de comércio administrado, o plebiscito Brexit no Reino Unido e o fechamento das fronteiras na União Europeia, além dos movimentos antiglobalistas e antimigração.

Nessa tendência, há de se preocupar com o retorno do Estado-Nação, o controle rígido de fronteiras e o favorecimento da produção e dos produtores locais. Essas medidas são similares à crise de 2007-2008, num contexto de recessão da envergadura da de 1929, com restrições à exportação, controles de preços e formação de estoques domésticos (trigo, arroz e leguminosas) em países exportadores (Rússia, Cazaquistão, Ucrânia, Índia, Vietnã e Sérvia). Medidas domésticas de controle de preços, aumento de estoques públicos e racionamentos poderão ser adotadas (em países como China, Turquia, Egito e Argélia).

Por conta dessa situação, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) lançaram um comunicado conjunto com o alerta de risco de obstrução das cadeias logísticas e importância de manter os fluxos globais de comércio agrícola para evitar crises de fornecimento.

MITIGAÇÃO DA CRISE GLOBAL DA SEGURANÇA ALIMENTAR

- Monitoramento de mercados e preços;
- Informação e conscientização da população;
- Manutenção dos mercados abertos para transações internacionais, evitando a interrupção das cadeias de suprimento – o comércio internacional é uma fonte vital de segurança de *supply chains* de produtos agropecuários e alimentos;
- Apoio aos agricultores – os EUA concederam uma ajuda de US$ 23,5 bilhões, perto dos US$ 26 bilhões que foram concedidos como compensação pela guerra comercial entre o país e a China;
- Nutrição infantil: garantia da merenda escolar;
- Produtos perecíveis: "canal verde" para hortifrútis, lácteos, carnes etc.

Teremos de fazer um esforço pela nutrição infantil no mundo, com a garantia da merenda escolar para crianças. Devemos cuidar de produtos perecíveis extremamente afetados pela obstrução das cadeias produtivas, com a criação de uma espécie de canal verde, como fez a China.

O Christian Lohbauer, presidente da CropLife Brasil, faz uma analogia interessante sobre a importância do coronavírus em reorganizar as sanidades humana e animal, na evolução

recente da humanidade, a partir de três fatos que mudaram o mundo em trinta anos. O primeiro foi o fim da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim, em 1989. O segundo veio com a globalização, a reemergência da Ásia e a reorganização do mundo político-econômico. E, por fim, o terceiro deu-se em 11 de setembro de 2001, gerado por conflitos étnicos e religiosos, com os riscos do terrorismo.

Daqui para frente, haverá grande importância nos temas ligados aos alimentos. Primeiro, não podemos deixar de cumprir o papel histórico no abastecimento global com segurança quantitativa de produtos (*food security*). Segundo, precisamos fortalecer os sistemas de controle sanitário, com reformas nas legislações sanitárias e proatividade em relação, por exemplo, ao combate às zoonoses originadas em animais selvagens, aos mercados a céu aberto com abate livre de animais e à comercialização de carne exóticas.

COMENTÁRIOS FINAIS



ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

Na verdade, gostaríamos muito mais de ouvir do que falar nesse evento. Mas, cumprimentando a qualidade e a riqueza das apresentações, lembramos a observação oportuna do presidente Jacyr ao manifestar o reconhecimento da classe rural e do agronegócio à ministra Tereza. Agradecemos, de fato, esse seu esforço e estamos permanentemente ao seu lado. Generosa, a senhora responde a todas as questões formuladas. Nunca foge de uma pergunta e sempre dá respostas lúcidas. Isso demonstra um trabalho feito junto a uma equipe maravilhosa.

Temos alguns comentários ligeiros a fazer. Compreendemos o momento dramático vivido pelo MAPA. Consideramos central o funcionamento da engrenagem do agronegócio. Se não fosse essa integração coordenada pelo MAPA, pouca coisa teria sido feita na parte de abastecimento.

Primeiro, listamos o posicionamento recorrente na demanda sobre crédito, com a informação da ministra sobre a aprovação da MP do Agro, de muita expectativa no setor. Segundo, destacamos a fala do Marcos Jank com respeito à necessidade de se subir a régua da legislação sanitária diante da fragilidade no mundo inteiro com relação ao coronavírus. A respeito disso, precisaremos, também, avançar muito nessa área de rastreabilidade e certificação.

Como terceiro tema, fica muito evidente a observação sobre a importância e a ajuda de um instrumento vital como o seguro rural. O pessoal de produtos perecíveis, por exemplo, neste momento, passa por uma situação bem complicada. Tendo em vista que há a possibilidade de antecipação do anúncio do Plano Safra 2020/2021, inserimos essa nota especial sobre a relevância de um seguro rural digno para a agropecuária brasileira, como a ministra Tereza Cristina tanto tem trabalhado.

Em quarto lugar, tem-se a situação conjuntural difícil do ponto de vista econômico no setor sucroenergético, em pleno começo da safra 2020/21, com a necessidade do apoio de medidas emergenciais. Em quinto lugar, precisamos tratar dos negócios de comércio internacional. Daqui para frente, esse assunto ganhará espaço. Seguramente, haverá um recrudescimento protecionista, e algumas cadeias globais de valor serão afetadas. Caberá ao Itamaraty concentrar um papel de coordenação e decisão no desenvolvimento dos acordos bilaterais e multilaterais. A Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI/MAPA) poderá contribuir com pareceres e sugestões.

Em sexto lugar, tem-se as estratégias para agregação de valor, com pontos de integração entre as cadeias produtivas internacionais e as ondas de práticas protecionistas na concorrência comercial.

Como último e sétimo ponto, devemos citar a burocracia. Nesse aspecto, a ministra pode contar conosco, com as entidades de classe integrantes do Cosag. A agricultura possui tempos; não pode esperar. A atividade é desenvolvida pelas forças da natureza. Não há como ficar na espera da burocracia para tomar decisões urgentes. Esse aspecto deve ser tratado com muito rigor. Precisamos da compreensão em relação à tempestividade dos processos no setor primário, que se articula diferentemente dos demais. ■

A PEQUENA AGRICULTURA NA PANDEMIA DE COVID-19



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

A PANDEMIA provocada pelo novo coronavírus afeta todo o agronegócio, de diferentes formas e intensidades. As consequências ainda estão por vir em algumas cadeias, mas, direta ou indiretamente, haverá impactos sobre todos os ramos do agro.

Por um lado, as grandes culturas parecem mais resilientes à pandemia, devido à capacidade de armazenagem dos produtos e às exportações, que estão sendo favorecidas pelo câmbio. A cana-de-açúcar é a cadeia que mais gera preocupação. A queda do preço do petróleo e a redução do consumo de etanol criaram um cenário perverso para o setor, que requer uma política robusta para evitar uma quebradeira generalizada.

Por outro lado, a pequena agricultura sofre os maiores efeitos das políticas de restrição à circulação e da modificação dos hábitos de alimentação das pessoas. Os setores de hortaliças, de frutas e de flores são notadamente as atividades mais impactadas pela COVID-19.

Com a paralisação de restaurantes, mercados e feiras, muitos canais de venda foram obstruídos e parte da produção foi perdida e/ou está sendo descartada, com impacto direto sobre a renda dos produtores. Posteriormente, estes não terão recursos para custear os próximos ciclos, o que pode gerar escassez de produtos e/ou inflação.

As ações tomadas até o momento pelos órgãos públicos são insuficientes ante a gravidade da situação, pois alguns segmentos da olericultura descartaram de 40% a 50% da produção, enquanto o setor de flores e plantas ornamentais teve perdas de até 90%.

A FAESP vem atuando em três frentes. A primeira visa garantir a estabilidade financeira das propriedades, o que passa pela prorrogação das operações de crédito e pela disponibilização de linhas de crédito de capital de giro, com prazos e taxas de juros condizentes à necessidade dos produtores.

A segunda frente intenta restabelecer os canais de comercialização. O Sistema FAESP/SENAR-SP, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SP) e com o apoio de outras empresas, lançou a plataforma PERTINHO DE CASA (http://pertinhodecasa.com.br) para fomentar a venda direta de pequenos negócios e produtores aos consumidores.

A Federação trabalha, ainda, para incrementar as compras da agricultura familiar por meio dos programas públicos, de modo a atender as famílias mais vulneráveis nas cidades e garantir renda para a pequena agricultura, fortalecendo a economia local.

Já a terceira frente apresenta-se a partir da necessidade de capacitação e instrumentalização dos produtores para minimizar o impacto de crises futuras e aperfeiçoar o processo de comercialização. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de São Paulo (SENAR-SP) está empreendendo ações para acelerar o processo de transformação digital e agroindustrialização no campo, a fim de agregar valor à produção e permitir a venda direta aos estabelecimentos comerciais e aos consumidores.

A agropecuária vem esmerando-se para garantir o abastecimento, as exportações e a geração de renda e divisas cambiais. Mas não é por que o setor, no todo, entrega resultados crescentes que pode prescindir de apoio para os seus segmentos nas dificuldades. É o momento de apoiar a pequena agricultura, com crédito, compras públicas e facilitação do escoamento dos seus produtos!

Estamos diante de mais um momento desafiador na história do País, e, novamente, o setor agropecuário emerge como pilar de sustentação da economia nacional. O distanciamento social e campanhas como "Fique em casa" só são possíveis porque o agronegócio não para e os agricultores estão em plena atividade, impulsionando o desenvolvimento e garantindo a segurança alimentar e a paz social. ■

COMO UMA LAGARTA IMPULSIONOU OS DEFENSIVOS BIOLÓGICOS



AMÁLIA BORSARI

Diretora executiva de Produtos Biológicos da CropLife Brasil

NA SAFRA 2012/13, a voracidade da lagarta *Helicoverpa armigera* causou um prejuízo de cerca de R$ 2 bilhões somando-se valores de perdas e custos de controle em todo o País. A *Helicoverpa* ataca, principalmente, as lavouras de tomate, algodão, milho e soja. Tal lagarta tirou o sono de muitos produtores, mas foi um marco nas pesquisas sobre defensivos biológicos. Desde a identificação da praga, o crescimento do setor foi enorme: houve um aumento de 314% no número de biodefensivos disponíveis aos agricultores. Parte do índice deve-se às pesquisas feitas justamente para combater a lagarta. Hoje, existem pelo menos quatro defensivos biológicos capazes de eliminá-la com sucesso – entre eles, vírus e bactéria.

Os defensivos biológicos incluem um grupo grande. Produtos bioquímicos, semioquímicos e macrobiológicos fazem parte dele, assim como os microbiológicos, compostos por vírus, bactérias, fungos e nematoides.

A soja, a cana-de-açúcar e o café correspondem às culturas com maior terreno tratado e maior consumo de biodefensivos do mercado. A área de plantio nacional em que esse tipo de defensivo é utilizado ainda é pouco expressiva – cerca de 20 milhões de hectares dos 77,4 milhões de hectares plantados –, mas promete crescer rapidamente.

US$ 5 BILHÕES EM 2020

De acordo a DunhamTrimmer, principal empresa de pesquisa voltada para os mercados agrícolas biológicos globais, o segmento deve movimentar no mundo mais de US$ 5 bilhões em 2020, um salto de US$ 2 bilhões em relação ao ano anterior. Enquanto o setor cresce na ordem de 10% ao ano em outros países, o ritmo é ainda mais acelerado no Brasil, atingindo mais de 15%. Somente em 2018, de acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio), o crescimento do mercado foi de 77% – o que representou algo em torno de R$ 464,5 milhões. A CropLife Brasil estimou que o mercado foi de R$ 675,0 milhões em 2019.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), existem 256 produtos que oferecem baixa toxicidade no mercado nacional. Em 2019, quarenta novos produtos foram liberados para uso. Os produtos de base microbiológica respondem por quase 70% dos registros totais.

DEFENSIVOS, UNI-VOS

As empresas da área são, principalmente, de médio e pequeno portes. Multinacionais de defensivos químicos, no entanto, estão ampliando seus portfólios com biopesticidas por conta das expectativas de negócios no mercado brasileiro. Em 2017, por exemplo, houve um maior número de patentes registradas para biodefensivos do que para defensivos químicos.

O apelo de sustentabilidade ambiental, social e econômica dos biológicos é inevitável. Com a adoção do Manejo Integrado de Pragas (MIP) e do Manejo Integrado de Doenças (MID), defensivos biológicos e químicos passaram a ser usados nas mesmas áreas sem prejuízo. Em culturas tropicais como as do Brasil, precisamos adotar todas as tecnologias possíveis para manejar a resistência das pragas e das doenças no campo. Vale ressaltar que a utilização de qualquer formulação comercial de defensivo, seja químico ou biológico, deve ser supervisionada por um profissional com conhecimento técnico.

O caminho a percorrer ainda é longo, mas é possível que o agronegócio brasileiro também desponte como um dos líderes no segmento dos defensivos biológicos. ■

DIÁRIO DE BORDO

CIÊNCIA GERANDO RENDA NO AGRO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)



COM OU sem pandemia, a Academia brasileira ligada ao setor agropecuário continua trabalhando. O governo paulista e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) lançaram uma chamada de propostas conhecida como Ciência para o Desenvolvimento, de grande importância para a agricultura, mas também para outras áreas, como saúde, energia, segurança e desenvolvimento econômico. Cada uma das propostas, elaboradas em conjunto por diversas instituições acadêmicas trabalhando em rede (cada qual contribuindo com a sua especialidade), dará origem a um Núcleo de Pesquisa Orientada a Problemas (NPOP), com participação da iniciativa privada também, até porque o objetivo final dos trabalhos é "transformar ciência em dinheiro", como define a apresentação da chamada. Aqui está um ponto de destaque desse novo modelo: o que se objetiva é que a pesquisa e o desenvolvimento resultem em investimentos lucrativos para empreendedores brasileiros, eventualmente substituindo insumos importados por produção nacional.

Uma das instituições que se articulam com os projetos para o agro é a Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia (FSNT), cujo nome homenageia o célebre fundador da Jacto, em Pompeia-SP.

Um NPOP já formado com esse propósito de transformar conhecimento em negócio é a Plataforma Biotecnológica Integrada de Ingredientes Saudáveis (PBIS), liderada pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), pela Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas (FEA/Unicamp) e pela Escola de Engenharia de Lorena (EEL/USP), mas trazendo a bordo instituições como o Instituto Agronômico (IAC), o Instituto de Economia Agícola (IEA) e a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). A ideia é produzir ingredientes nacionais a partir de resíduos do nosso agro para substituir os importados, que são utilizados na indústria de alimentos e bebidas em lugar de gorduras e açúcar e para adição de fibras, proteínas, antioxidantes e probióticos. O mercado consumidor está buscando saudabilidade e melhor teor nutritivo nos alimentos. Há um grande potencial para empresas produtoras desses ingredientes a partir dos resíduos do nosso agro, com destaque para laranja, soja, café, milho, feijão, amendoim, banana, sorgo e muitos outros, inclusive visando ao mercado externo. Basta lembrar que a indústria de alimentos e bebidas já responde por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, crescendo cerca de 6,8% ao ano, gerando milhares de empregos sustentáveis, para se ter uma ideia dos impactos sociais e econômicos que esse Núcleo deverá gerar.

Outro NPOP em andamento é a Plataforma Integrada de Bioprodutos para a Agricultura Tropical. Nesse caso, estão no projeto o Instituto Biológico (IB), a Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP) de Pompeia, a Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA/Unesp, *campus* de Botucatu), o IEA, a Universidade de Araraquara (Uniara) e, também, a FSNT. A ideia é aplicar tudo o que já se pesquisou nas áreas de controle biológico de pragas e doenças, biofertilizantes e bioestimulantes, com base nos métodos de sua aplicação e monitoramento. Há um enorme potencial nesse segmento, e novas empresas poderão desenvolver produtos destinados à agricultura com reduzido impacto ambiental. Isso agrega sustentabilidade à produção rural, fator determinante para a competitividade hoje. Como podemos produzir duas ou até três safras por ano, é evidente que isso favorece a proliferação de pragas e doenças, e o projeto busca mitigar tal fato com micro-organismos e inimigos naturais.

A Ciência, assim como o agro, não para! ■

O governo paulista e a FAPESP lançaram a iniciativa Ciência para o Desenvolvimento, cujo objetivo é fazer com que o trabalho de pesquisa resulte em investimentos lucrativos para empreendedores brasileiros.



PRODUZIR

OS TESTES DA PANDEMIA PARA O AGRO BRASILEIRO

TERESA VENDRAMINI
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

EM QUALQUER pandemia, é natural que seja sempre mais fácil perceber os impactos nas cidades, onde as medidas de distanciamento social rapidamente rompem com hábitos triviais da nossa rotina. Mas é um erro achar que o campo fica alheio às transformações. Desde os primeiros sinais da chegada do vírus ao Brasil, produtores rurais de todos os cantos do País sabiam dos grandes desafios que teriam pela frente. Por mais avançada e tecnificada que seja a atividade, ninguém se prepara totalmente para atravessar um momento tão extremo e atípico. A apreensão é natural em meio a tanta imprevisibilidade, mas temos motivos para acreditar em um futuro de oportunidades aos que melhor conseguirem se adaptar à crise.

Para o agro brasileiro, o desafio mais imediato foi criar condições para evitar um eventual desabastecimento da população. Cabe pontuar que a crise chegou em um momento de produtividade recorde, quando o setor se preparava para uma colheita superior a 250 milhões de toneladas de grãos na próxima safra.

Se o volume nunca foi um problema, a logística para escoar a produção entre todos os elos da cadeia merecia atenção. Pensando nisso, a primeira medida de contenção da SRB foi alertar prefeitos, deputados e governadores para a importância de se manter a estrutura logística de estradas e ferrovias funcionando para o livre trânsito de produtos agrícolas e trabalhadores.

Outro fator imprescindível era garantir a chegada de insumos dentro da porteira, possibilitando ao produtor cumprir o seu planejamento agrícola sem sustos. Em razão disso, também enviamos uma mensagem a lideranças empresariais da agroindústria e da indústria, solicitando manter o fornecimento de maquinários, equipamentos e matérias-primas para o cultivo.

A demanda para produzir ainda é alta, mas sabemos que um abastecimento eficiente também depende de segurança alimentar. Estamos atravessando uma readequação dos procedimentos de sanidade humana e animal, um momento árduo sobretudo para os pequenos pecuaristas, mas que, certamente, estamos preparados para superar. É justamente na crise que ficará provado como o Brasil já possuía uma estrutura de controle sanitário altamente exigente. Ter um produto de qualidade e auditado já era uma exigência para qualquer produtor interessado em se manter consistente no mercado.

Além do desafio de abastecimento interno, temos a missão de honrar a confiança dos nossos parceiros internacionais, assegurando o cumprimento de todos os compromissos comerciais. Afinal, somos o segundo maior exportador de alimentos do Planeta, suprindo mais de 1,6 bilhão de pessoas em todo o mundo. Em uma crise global, temos o compromisso de fazer ainda mais e melhor. Quando outras nações precisarem, devemos estar prontos para diversificar os nossos parceiros, abrir novos mercados e ampliar o alcance da nossa produção.

A caminhada não será curta ou fácil, mas temos todas as condições de atravessar essa crise equacionando produtividade, abastecimento, segurança alimentar e competitividade. Fazer bem o dever de casa sem perder de vista uma visão de oportunidade de mercado é a receita para que o nosso setor saia ainda mais fortalecido dessa crise. Como bem disse a ministra do Ministério da Agricultura, Tereza Cristina, em um fórum do qual também participei: "a reconstrução será tarefa para os mais fortes". ■

"...a primeira medida de contenção da SRB foi alertar prefeitos, deputados e governadores para a importância de se manter a estrutura logística de estradas e ferrovias funcionando para o livre trânsito de produtos agrícolas e trabalhadores."

OPINIÃO

A GESTÃO PÚBLICA PÓS-COVID-19

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



CRISES PROVOCAM saltos nas gestões pública, empresarial e privada. Historicamente, é verdade que houve mais guerras do que necessário, ou seja, o processo de aprendizado foi lento. Porém, os avanços extraordinários da comunicação no período pós-guerra tiveram como efeito a inclusão democrática de uma parcela crescente da população mundial. Notam-se os reflexos na formulação de demandas econômicas e sociais e, como consequência, nas tomadas de decisão nos níveis público e empresarial. Hoje, o cidadão, no seu papel de eleitor e consumidor, ocupa um espaço mais expressivo do que no passado na orientação estratégica e na escolha de ações específicas de governos e empresas.

Ao avanço tecnológico exponencial, somam-se dois fatores que acelerarão ainda mais as mudanças em todas as áreas das vidas pública, profissional e individual. Primeiro, a chegada da tecnologia 5G transformará de forma significativa a estrutura socioeconômica e o comportamento individual do cidadão. E, quase em velocidade igual, o novo coronavírus servirá como promotor de transformação da sociedade globalizada, nomeadamente na evolução de percepções, valores e comportamentos da população. A gestão da causa pública terá de buscar novas modelagens e ações para se aproximar de um equilíbrio dinâmico nesse 'mundo líquido'.

Onde o agronegócio se encaixa nesse cenário? Hoje, a população enxerga com mais clareza a prioridade absoluta do abastecimento contínuo e seguro. Também compreende melhor a posição ímpar que esse setor de comida, forragens, produtos florestais e bioenergia (os chamados 4 Fs) representa no quadro geral da economia do País.

Portanto, uma gestão pública moderna e flexível terá de sincronizar eixos para criar um equilíbrio entre a demanda e a procura pelos produtos das múltiplas cadeias produtivas que compõem o complexo universo agro.

Primeiro, é preciso observar o posicionamento relativo e o grau de competitividade dos principais segmentos dos 4 Fs em níveis nacional, estadual, regional e municipal, ou seja, o perfil da oferta. A seguir, é preciso criar cenários para a demanda estrutural da exportação no pós-crise, pois tal panorama será reforçado ou diminuído pela demanda nacional.

No próximo passo do modelo, temos que categorizar e caracterizar os produtos essenciais para o abastecimento da população. Cada atividade possui vantagens e problemas, ciclos e demandas normativas específicos. Os mapeamentos quantitativo, qualitativo e espacial classificam o risco da demanda, eventuais gargalos logísticos, necessidades de financiamento, manuseio e investimento, além de outras especificidades do cultivo, do armazenamento e do processamento. A soma de todos esses quadros compõe a plataforma para as tomadas de decisão estratégicas e pontuais.

Na fase final da programação, o cenário de demandas do setor rural precisa, ainda, ser alinhado às prioridades globais das outras políticas públicas do Estado, como saúde, educação e infraestrutura. Tudo isso é indispensável para construir uma nova realidade pós-crise, pois o agronegócio se consolidou como um setor tão essencial quanto ou complementar a setores como o da saúde. Não há saúde sem alimentação, e não há alimentos sem o funcionamento de todo o ecossistema do agronegócio. ■

"...o cenário de demandas do setor rural precisa, ainda, ser alinhado às prioridades globais das outras políticas públicas do Estado, como saúde, educação e infraestrutura."



REFLEXÃO

A IMPORTÂNCIA DAS GRANDES E DAS PEQUENAS QUESTÕES

MARCELLO BRITO
Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

SAÚDE E economia: essas são as duas grandes preocupações do Brasil e do mundo no momento. Estamos vivemos algo inédito na história da humanidade considerando o acesso a informação que temos hoje. Como não se tem experiências anteriores, levando em conta uma pandemia num mundo totalmente globalizado e tecnológico, muitos se veem perdidos. Ressignificar: esse verbo nunca fez tanto sentido como agora. Um vírus fez o mundo parar, e nos perguntamos como será o pós-pandemia.

No mundo inteiro, há grandes impactos sobre a economia, a vida das pessoas, a forma de trabalhar, o sustento de muitas famílias, a realidade das empresas e a conduta dos órgãos públicos. É, sem dúvida, uma nova realidade, sem precedentes. No Brasil, temos questões que podem agravar ainda mais a nossa situação, que já é delicada. Questões estas que, se não fosse essa crise na saúde, não estariam no centro dos debates político e econômico. Brigas políticas que não ajudam em nada. O ministro do Ministério da Saúde foi destituído do cargo no meio desse combate, e, na sequência, grupos iniciaram ataques contra a ministra do Ministério da Agricultura. Estamos acompanhando os esforços da ministra Tereza Cristina e a sua preocupação com o abastecimento, e a ela e à sua equipe daremos total apoio.

Neste momento de muitas incertezas, o agronegócio é o setor que, mais uma vez, vai segurar a economia com as exportações, além de garantir a segurança alimentar da nossa população. Mas não nos enganemos: esse cenário não é um "céu de brigadeiro". Estamos vendo: pedidos de renegociação de dívidas generalizados; inúmeros pedidos de suporte financeiro das empresas; aprovação de leis em desencontro com as visões das sociedades local e internacional – como, por exemplo, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 34/20, que se refere a um empréstimo compulsório de 10% do lucro das empresas –; declarações "chinofóbicas"; negação e descrédito à Ciência.

O agro não pode parar, porque o impacto seria ainda maior. Sem dúvida, teremos a continuidade da produção e a garantia do seu processamento e da sua distribuição. São serviços essenciais para amenizar os impactos sociais e econômicos do atual cenário global. A onda de ataques à China que vem sendo promovida por autoridades brasileiras é, para dizer o mínimo, irresponsável. Sem entrar em questões ideológicas e teorias conspiratórias, a China é o principal destino dos produtos agrícolas brasileiros, principalmente grãos e carnes. Em 2019, exportamos só de soja 78% da nossa produção para os chineses, que compraram, também, carnes bovina (35%), suína (39%) e de aves (18%). Só por isso, teríamos que ter algum cuidado nas relações diplomáticas bilaterais.

O momento exige calma e mudanças estratégicas rápidas, para que possamos sofrer o menos possível com os impactos dessa crise sem precedentes. Países não fecham, mas vão à ruína. Precisamos de lideranças que pensem no País: na população mais vulnerável, nos empregos e no mais importante, que é a vida do seu povo. Não é o momento para vinganças políticas, rompimentos, nem para oportunistas de plantão visando a cargos e benefícios pessoais. O momento é de união e reconexão. ■

"Em 2019, exportamos só de soja 78% da nossa produção para os chineses, que compraram, também, carnes bovina (35%), suína (39%) e de aves (18%)."

Nossos aplausos aos cooperados que, neste momento tão difícil, seguem trabalhando para **preservar nossas vidas.**



somos coop

Seguimos juntos, mesmo distantes







facebook.com/sistemaocesp

Sistema Ocesp

@sistemaocesp

SistemaOcesp
FESCOOP/SP - OCESP - SESCOOP/SP

www.ocesp.coop.br

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO ABAG E B3

LIÇÕES PARA O FUTURO

03 DE AGOSTO 2020

EVENTO ONLINE



www.cbaabagb3.com.br

abag

[B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO